

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVII

FLORIANÓPOLIS, 05 DE NOVEMBRO DE 2007

NÚMERO 5.812

16ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia

PRESIDENTE

Clésio Salvaro

1º VICE-PRESIDENTE

Ana Paula Lima

2º VICE-PRESIDENTE

Rogério Mendonça

1º SECRETÁRIO

Valmir Comin

2º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro

3º SECRETÁRIO

Antônio Aguiar

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

João Henrique Blasi

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Kennedy Nunes

PARTIDO DO MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS

Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Padre Pedro Baldissera

PARTIDO DA SOCIAL

DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA

BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO

BRASILEIRO

Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO

TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente

Marcos Vieira - Vice Presidente

Darci de Matos

Gelson Merísio

Pedro Uczai

Pe. Pedro Baldissera

Narcizo Parisotto

Joares Ponticelli

João Henrique Blasi

Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente

Décio Góes - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Serafim Venzon

Manoel Mota

Renato Hinnig

Onofre Santo Agostini

Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Jailson Lima da Silva - Presidente

Odete de Jesus - Vice Presidente

Darci de Matos

Herneus de Nadal

Jandir Bellini

Jorginho Mello

Genésio Goulart

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente

Reno Caramori - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Dirceu Dresch

Marcos Vieira

Gelson Merísio

Romildo Titon

Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Onofre Santo Agostini - Presidente

Joares Ponticelli - Vice Presidente

Dirceu Dresch

José Natal Pereira

Renato Hinnig

João Henrique Blasi

Professor Grandó

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Jorginho Mello - Presidente

Gelson Merísio - Vice Presidente

Décio Góes

José Natal Pereira

Jandir Bellini

Manoel Mota

Renato Hinnig

Odete de Jesus

Silvio Dreveck

Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dirceu Dresch - Presidente

Sargento Amauri Soares - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Herneus de Nadal

Kennedy Nunes

Nilson Gonçalves

Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente

Renato Hinnig - Vice Presidente

Ada de Luca

Elizeu Mattos

Marcos Vieira

Pedro Uczai

Professor Grandó

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente

José Natal Pereira - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Renato Hinnig

Reno Caramori

Professor Grandó

Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente

Jailson Lima da Silva - Vice Presidente

Edson Piriquito

Gelson Merísio

Kennedy Nunes

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ada de Luca - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Genésio Goulart

Kennedy Nunes

Elizeu Mattos

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTO

Darci de Matos - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Ada de Luca

Manoel Mota

Jorginho Mello

Professor Grandó

Silvio Dreveck

Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Nilson Gonçalves - Presidente

Narcizo Parisotto - Vice Presidente

Ada de Luca

Jandir Bellini

Elizeu Mattos

Moacir Sopelsa

Jailson Lima da Silva

Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Odete de Jesus - Presidente

Kennedy Nunes - Vice Presidente

Jailson Lima da Silva

Moacir Sopelsa

Joares Ponticelli

Nilson Gonçalves

Onofre Santo Agostini

Romildo Titon

João Henrique Blasi

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - NÚMERO 1826
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 20 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 092ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 31/10/2007.....2
Ata da 042ª Sessão
Extraordinária da 16ª realizada
em 31/10/200710
Ata da 043ª Sessão
Extraordinária da 16ª realizada
em 31/10/200711

Atos da Mesa

Atos da Mesa12

Publicações Diversas

Avisos de Licitações14
Decretos Legislativos14
Lei15
Portarias15
Redações Finais.....17

PLENÁRIO

ATA DA 092ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2007 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

As 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Dagomar Carneiro - Décio Góes - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Genésio Goulart - Hemeus de Nadal - Jandir Bellini - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopesla - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Pedro Baldissera - Professor Grandó - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck.

SUMÁRIO

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Anuncia a presença do vereador Orli Carlos Paul, de Chapadão do Lageado.

Breves Comunicações

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Registra a presença de personalidades da Ucavi; cobra o cumprimento da Lei n. 254; elogia os analistas da secretaria da Fazenda; lembra que os professores precisam ser recebidos pelo governador; comemora a assinatura de contrato para início de obras em Itajaí e Blumenau com recursos do PAC; comenta a instalação de vara criminal em Indaial.

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Trata do acesso ao ensino público superior estadual e federal e à universidade da região do Mercosul; reporta-se à candidatura de Luci Choinacki à presidência do PT no estado.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Considera importante e merecedora de elogios a iniciativa da criação da universidade da mesorregião do Mercosul.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (pela ordem) - Elogia os deputados Pedro Baldissera e Pedro Uczai, além da bancada do PT, pela luta em prol da universidade do Mercosul.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Refere-se à audiência pública que tratou do art. 171 da Constituição do estado; comenta sua participação na I Conferência Nacional Popular sobre Agroenergia, realizada em Curitiba.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Mostra-se adepto da tese da produção de energia renovável a partir de micro iniciativas.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Destaca convenções partidárias do PMDB do Vale do Araranguá.

Partidos Políticos

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Fala sobre o Simpósio Internacional de Esculturas de Brusque.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ (aparte) - Parabeniza Brusque e sua administração pela realização do simpósio de esculturas.

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Comenta a posse dos novos desembargadores.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Critica postura do diretor comercial da Celesc.

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO (pela ordem) - Registra a presença do prefeito Aderbal Manoel dos Santos, de São João Batista.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ (pela ordem) - Registra a existência do projeto Despoluir, da Fetranesc.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Agradece a participação dos colegas na sessão solene em homenagem à Cooperalfa; comemora decisão da Cooperativa Central Aurora de instalar filial em Canoinhas; expressa sua indignação com a fraude do leite e expressa sua confiança na indústria láctea catarinense.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (aparte) - Manifesta satisfação pela instalação de unidade da Aurora em Canoinhas.

DEPUTADO JANDIR BELLINI (aparte) - Ressalta que a traição de alguns dirigentes de cooperativas mineiras vai prejudicar a vida dos produtores de leite que sempre trabalharam honestamente.

DEPUTADO ROMILDO TITON (aparte) - Afirma que o setor agrícola deslançou em Santa Catarina com o apoio das cooperativas, avanço que pode ser anulado como consequência das fraudes detectadas em Minas Gerais.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Fala da necessidade do consumidor informar-se melhor sobre os produtos que consome.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Lança idéia de ação conjunta entre Procon e secretaria da Agricultura para dar mais qualidade e sanidade ao leite a ser consumido.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Registra a presença do ex-vereador Márcio Malton, de São Bento do Sul, acompanhado de colaboradores da Câmara de Vereadores do município.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Registra a presença da ex-deputada Luci Choinacki; expressa sua repulsa à atitude dos fraudadores do leite; manifesta sua contrariedade ao estardalhaço feito à escolha do Brasil como sede da Copa de 2014 e deseja sucesso ao deputado César Souza Júnior, prevendo que ele será prefeito de Florianópolis e que a capital sediará uma das chaves da Copa.

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Crítica o sistema estadual do meio ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, quero apenas anunciar a presença nesta Casa do vereador Orli Carlos Paul, de Chapadão do Lageado, que pertence ao Partido dos Trabalhadores e é presidente da União de Câmaras de Vereadores do Alto Vale do Itajaí.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência comunica que, em reunião dos srs. líderes na manhã de hoje, ficou estabelecido que, a partir desta data, tendo em vista a aproximação do término dos trabalhos em torno do dia 20 de dezembro, os projetos de lei de origem governamental irão automaticamente para a pauta na data do vencimento. Os projetos de lei de origem parlamentar serão tratados a partir de hoje em regime de prioridade, o que enseja a discussão por duas reuniões das comissões pertinentes em que os projetos devem tramitar.

A Presidência comunica a todos os srs. deputados a decisão da reunião do Colégio de Líderes da manhã de hoje.

A Presidência consulta os srs. líderes se podemos nos preparar para o encerramento da sessão às 16h30min, permitindo que a maioria dos deputados que o desejarem participem da posse dos novos desembargadores do Tribunal de Justiça.

(Os líderes acquiescem.)

Havendo a concordância de todos os srs. líderes, tão logo encerrada a Ordem do Dia, a sessão será encerrada para que o maior número de deputados possa participar da posse dos novos desembargadores que assumirão, hoje, uma cadeira no Tribunal de Justiça.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, quero registrar a presença, nesta Casa, de diversos vereadores e vereadoras, de servidores de Câmaras Municipais, principalmente da Associação das Câmaras Municipais do Noroeste de Santa Catarina - Acanor - e da União de Câmaras de Vereadores do Alto Vale do Itajaí - Ucavi -, que nos honram com a sua presença e que estão participando do programa de formação de agentes públicos da nossa Escola da Legislativo.

Agradeço aos senhores e as senhoras a presença.

Sejam muito bem-vindos ao Parlamento catarinense.

Em nome de todos os vereadores, eu gostaria de cumprimentar o sr. Orli Carlos Paul, vereador de Chapadão do Lageado, presidente da Ucavi, que nos dá a honra de pertencer ao nosso partido, e em nome dele cumprimento todos os vereadores.

Também em nome das vereadoras que estão aqui presentes nesta Casa, pois é sempre bom termos mulheres e homens participando desse processo político, cumprimento as sras. Terezinha Barzan e Irma Terezinha Isoton, do município de São Lourenço do Oeste; a sra. Euderite Marmentini, de Santiago do Sul, e a sra. Inês Pontel, de Jupiá.

Sejam muito bem-vindos ao Parlamento catarinense.

Espero que os senhores e as senhoras possam, talvez, daqui para frente, almejar ser deputados e deputadas da Assembléia Legislativa.

Quero dizer também, srs. deputados, principalmente ao deputado Sargento Amauri Soares, e cumprimento todos os que nos estão acompanhando pela Rádio AleSC Digital e pela TVAL, que estamos cobrando novamente, hoje, do governador do estado em exercício, Leonel Pavan, e a partir de amanhã do governador Luiz Henrique da Silveira o cumprimento da Lei n. 254, que foi aprovada por esta Casa. Foi promessa do governador e, como mencionei, irei cobrar o assunto todas as vezes que assomar a esta tribuna e através de telegrama, além de agora estar usando este *boton*. Tomara que a Aprasc tenha vários *botons*, mas tomara também que não precisemos usá-los muito, para que o governador cumpra essa promessa que há muito tempo prometeu aos nossos servidores.

Quero falar também para os nossos deputados da base de governo sobre os auditores fiscais, e o faço aqui em nome do deputado Renato Hinnig, que é dessa categoria e que está esperando um posicionamento desta Casa.

Na semana passada, eu mencionei que os auditores fiscais eram os grandes responsáveis pela arrecadação da receita do estado de Santa Catarina sem cobrar mais tributos pelo bellissimo trabalho que vêm exercendo na nossa secretaria da Fazenda, mas me esqueci de mencionar uma categoria também de grande competência e há muito tempo esquecida, que são os analistas da receita, que ficaram esquecidos inclusive nesse projeto de origem que ainda está para ser votado em segundo turno nesta Casa. Por isso quero aqui fazer justiça a essa categoria que é de igual forma responsável pelo bom movimento que tem arrecadado mais no estado de Santa Catarina.

Quero falar também sobre os nossos professores que hoje estão com uma redução de carga horária, de 45 minutos para 30 minutos, que é a hora/aula, e que já deliberaram, deputado Silvio Dreveck, que não começarão o ano letivo.

Então, a nossa preocupação é com esses professores que precisam ser recebidos pelo secretário de estado e pelo governador do estado para que resolvam essa situação o mais rápido possível.

Quero mencionar que depois de muito tempo a cidade de Blumenau ganhou o aparelho que faz o exame para detectar o câncer de mama, o mamógrafo, que por muito tempo estava encaixotado porque não conseguíamos um local para instalá-lo e que por isso as mulheres da região estavam pedindo a sua instalação, principalmente uma entidade muito respeitada, que é a nossa Rede Feminina de Combate ao Câncer, as mulheres cor-de-rosa que fazem um trabalho exemplar na prevenção, na cura e também dão informações sobre o câncer de mama e de colo uterino.

Na última sexta-feira, dia 26 de outubro, esse mamógrafo foi instalado no Hospital Santo Antônio, de Blumenau. Os exames já podem ser realizados graças à intervenção de um empresário, ao qual quero aqui, desta tribuna, dar os parabéns, que é o Wanderweg, da cidade de Jaraguá do Sul, que fez questão de instalar esse aparelho para que as mulheres, principalmente da região do Vale do Itajaí, possam fazer esse exame gratuitamente e a prevenção do câncer de mama.

Quero também salientar que ontem, dia 30 de outubro, estive presente no município de Indaial para a inauguração da instalação da vara criminal da Comarca de Indaial, juntamente com o presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, dr. desembargador Pedro Manoel Abreu, que foi lá para fazer a instalação dessa vara criminal, que era uma manifestação e um pedido há muito tempo solicitado pela comunidade. E

mais uma vez cobramos do presidente do Tribunal de Justiça, que é uma pessoa especial e tem ouvido toda a nossa comunidade, a instalação dos juizados especiais da não-violência contra a mulher em várias cidades pólos do estado de Santa Catarina, principalmente na região norte e no Vale do Itajaí. Eu tenho certeza de que ele está-se dedicando muito a esse tema.

Quero dizer que na data de hoje, srs. parlamentares, comemoramos 450 anos da instalação da igreja luterana. Bem na data de hoje, no dia 31 de outubro de 1517, Martin Lutero deflagrou um movimento que deu, então, a origem a esse movimento luterano. Então, parabéns a todos os luteranos do estado. E no Vale do Itajaí estão acontecendo as comemorações sinodo do vale do Itajaí, com 85 igrejas espalhadas em 23 municípios, entre a ponte do rio Tijucas e a ponte do rio Ibirama, reunindo assim 86 mil membros que estão festejando na data de hoje.

Também rapidamente gostaria de informar, srs. parlamentares, principalmente ao deputado Silvio Dreveck, que tivemos o prazer de receber, na segunda-feira, o ministro das Cidades, que é do partido de v.e.a., do PP, sr. Márcio Fortes, que esteve visitando dois municípios trazendo recursos do presidente Lula para a região do Vale do Itajaí, primeiramente com a assinatura de contratos.

Então, o ministro das Cidades participou da assinatura de contrato de início das obras do Programa de Aceleração e Crescimento - PAC -, nos municípios de Itajaí e Blumenau. Em Blumenau destinou R\$ 41 milhões para as obras de saneamento básico, a fundo perdido, não é investimento. O maior recurso foi para a cidade de Blumenau e os outros estão previstos para a implantação de 152 quilômetros da rede de esgoto de duas estações de tratamento, 32 estações elevatórias e 18 mil novas ligações, o que beneficia uma população de 54 mil moradores dos seguintes bairros: Fortaleza, Itoupava Norte, Tribess, Ponta Aguda e Garcia.

No município de Itajaí, srs. deputados, o PAC também se fez presente para as áreas de habitação e para as áreas de saneamento básico, como também o contrato de construção de casas populares através da Cohab do governo do estado. Em Itajaí, nós estivemos presente com o prefeito Volnei Morastoni, com a senadora Ideli Salvatti, com o governador em exercício Leonel Pavan, com deputados federais do estado para a assinatura dessas obras da ordem de R\$ 160 milhões ao município de Itajaí, destinadas ao seu porto, para as obras de saneamento básico e para as obras de habitação.

O que mais me emocionou não foram somente as obras na área de saneamento básico que o nosso estado e o nosso Brasil tanto precisam e as obras de infra-estrutura que são as rodovias que levam as nossas exportações através do porto de Itajaí, foi também a emoção de um casal que teve a oportunidade de pegar pela primeira vez as chaves da sua casa própria.

Eu tenho certeza de que o sonho de investimento de qualquer homem ou mulher é a sua casa própria. E esse casal, no município de Itajaí, verteu lágrimas quando teve a oportunidade de entrar na sua primeira casinha e abrigar seus filhos.

É dessa forma, então, que o governo do presidente Lula tem investido com grande veemência no estado de Santa Catarina.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência registra, com satisfação, a visita nesta Casa do vereador Francisco Jeremias, do município de Vitor Meireles.

O próximo orador inscrito é o deputado Pedro Baldissera, líder do Partido dos Trabalhadores nesta Casa, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, antes de iniciar propriamente a minha reflexão, nesta tarde, quero aqui cumprimentar os vereadores e vereadoras que se encontram neste recinto, dos diferentes municípios. Quero aqui destacar a Inês Pontel, do município de Jupiá; o José Luiz Peres, de São Lourenço do Oeste; o Jandir Ranzan, também de São Lourenço do Oeste, e os demais vereadores e vereadoras.

Penso que é sempre oportuno e importante, na caminhada da nossa vida, buscar aprofundar-nos nos diferentes temas e, de maneira muito especial, Gelson Merisio, aos temas que dizem respeito à trajetória.

Mas eu gostaria de trazer hoje aqui presente dois assuntos. O primeiro deles que tenho trazido, incansavelmente, a esta tribuna diz respeito à universidade pública. Aliás, temos feito diferentes interações, sejam elas ligadas ao estado ou à federação. Mas, sem dúvida alguma, tem que ser um tema que se traduza no prato de cada dia de cada um de nós. Porque muitas vezes, deputado Sargento Amauri Soares, colocamo-nos na pele, na vida dos milhares e milhares de estudantes que vivem distantes dos centros de formação, ou seja, das nossas universidades, a 600, 700 quilômetros, e isso se traduz num fator de não acesso.

O outro fator é a questão do dinheiro, que nos distancia da oportunidade de frequentar, de poder fazer e concluir uma universidade.

No dia de hoje uma comissão que está há muito tempo, deputado Sílvio Dreveck, tratando do assunto, composta pelos três estados da região sul - Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul -, está discutindo, trabalhando os aspectos técnicos e pedagógicos para a implantação da universidade da região do Mercosul.

Eu lembro quando nós demos, em 2003, os pontapés iniciais. Na época, apresentamos um anteprojeto ao ministro da Educação levantando a possibilidade de reunir os três estados da fronteira com a Argentina. Hoje essa comissão, que foi formada agora, recentemente, está reunida no município de Erechim para discutir, debater esse tema extremamente importante para a região da fronteira do Mercosul: a universidade federal. E agora no dia 23 deste mês, novamente em Santa Maria estará reunida a mesma comissão juntamente com o MEC para dar os passos seguintes para que isso se torne uma grande realidade. A previsão, deputado Sargento Amauri Soares, é para o final de 2008 realizar-se o primeiro vestibular da nova universidade da fronteira do Mercosul.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Quero fazer um aparte ao pronunciamento de v.exa. para dizer da satisfação deste parlamentar em saber que estamos a um passo de termos uma segunda universidade federal instalada em nosso território.

Ontem, fiz um pronunciamento que criticava o governo Lula pela proposta da reforma da Previdência e pelo pedagogo que será instalado em Santa Catarina e, mantenho, evidentemente, as minhas posições. Mas quero aproveitar esta oportunidade também para elogiar o governo do presidente Lula, do Partido dos Trabalhadores, do qual v.exa. é líder nesta Assembléia, tanto pela universidade da mesorregião do Mercosul, quanto pela TV pública que está a caminho de instituir no Brasil uma tevê pública, estatal para todo território brasileiro.

Fiquei sabendo, no último final de semana, por um professor da universidade que, inclusive, está nesta reunião de Erechim, que v.exa. está citando, que estão sendo abertas dez universidades federais neste período do governo Lula. E merece, sim, o nosso elogio e o nosso aplauso. E torcemos para que possamos, sim, ter esta segunda universidade pública federal em Santa Catarina, a TV estatal pública para transmitir para todo o Brasil, como será a nossa TVAL para todo território catarinense.

Parabéns ao governo por essa universidade e por todas as iniciativas que têm engrandecido o serviço público, pois sabemos que há muita resistência nas chamadas elites brasileiras.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Agradeço o aparte de v.exa., deputado Sargento Amauri Soares.

O segundo tema, deputado Onofre Santo Agostini, que gostaria de fazer o registro na tarde de hoje, é com relação ao momento que o Partido dos Trabalhadores vive em nível nacional com relação ao processo de eleição direta.

Eu fiz uma opção em Santa Catarina de apoiar uma candidata que terá 100% do tempo à disposição do partido, tendo em vista que no próximo ano teremos as eleições municipais, e precisamos de uma dedicação exclusiva ao Partido dos Trabalhadores; sempre fiz essa defesa e vou continuar fazendo.

Na tarde de hoje, vamos dar uma entrevista coletiva aqui na Casa respaldando a candidatura da companheira Luci Choinacki, e ao mesmo tempo, de Gilberto Dalposo, aqui da capital e de Raul Pont, que foi prefeito na cidade de Porto Alegre e que fez um belíssimo e grande trabalho. E junto comigo, no apoio à candidatura para presidir o Partido dos Trabalhadores, pois o deputado Pedro Uczai termina o seu mandato agora, estão vários outros parlamentares, como o deputado Décio Góes, ex-deputados federais, estaduais, prefeitos, lideranças, vereadores e vice-prefeitos que já manifestaram o seu apoio.

Mas quero dizer, quando se fala do Partido dos Trabalhadores, que apoiamos a candidatura da Luci Choinacki, mas temos mais três candidatos que disputam o processo aberto, democrático e participativo. E isso ajuda a manter uma transparência maior para a sociedade e construir melhor o partido internamente, mesmo diante de alguns atritos, alguns conflitos. Pelo fato de ser um partido feito de pessoas, de seres humanos, nós compreendemos as limitações deste ou daquele, mas também a capacidade de podermos superar e de pensarmos no melhor para o partido e para a sociedade de Santa Catarina e, também, do nosso país, porque, além do estado, temos uma eleição em nível nacional e em nível de todos os municípios do nosso país.

Portanto, é um momento fantástico, rico, importante, democrático, aberto, e que nós estamos vivenciando neste momento em todo o nosso país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Pedro Uczai.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Sra. presidente, peço a palavra, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sra. presidente, é claro que estou me intrometendo num momento que não deveria, mas quero pedir permissão a v.exa. para fazer justiça ao deputado Pedro Baldissera e ao deputado Pedro Uczai quanto ao problema da universidade do Mercosul, e registrar o quanto esses deputados e outros estão trabalhando. Merecem aqui que pratiquemos justiça a ambos os deputados e a toda bancada do PT, pelo trabalho extraordinário que vêm fazendo.

Por isso, queria fazer um aparte ao deputado Pedro Baldissera, mas aproveito, deputado Pedro Uczai, para fazer este gesto de justiça. Temos que reconhecer o trabalho de v.exas., pois têm feito um trabalho extraordinário em favor da universidade do Mercosul.

Por isso, quero deixar, de forma pública, esse registro que é um ato de justiça a v.exas.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o sr. deputado Pedro Uczai, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, e srs. deputados, participo deste momento, nesta tribuna, para trazer o debate da educação e de um evento de que participei na cidade de Curitiba, sobre a agroenergia, soberania alimentar e soberania energética, com os movimentos sociais, com a Via Campesina, o movimento sindical, as pastorais, quando tivemos a grande oportunidade de fazer esse debate e essa discussão na capital do Paraná.

Com relação à educação, começo falando do art. 171. Estivemos na cidade de Rio do Sul, na última semana, realizando uma audiência pública através da comissão de Educação, quando debatemos e discutimos não só o que já temos consolidado, acordado aqui na Assembléia Legislativa, na importância de ampliar os recursos públicos para bolsa de estudos, para bolsa de pesquisa e para bolsa de extensão, previsto no art. 171, como também ouvimos e discutimos novas propostas para regulamentar este artigo da Constituição Estadual. Se os recursos do art. 170 provêm da própria educação, do próprio orçamento educacional, os do art. 171 têm origem nos incentivos fiscais concedidos às empresas privadas que, quando retornarem aos cofres públicos, 2% possam ser destinados ao ensino superior.

Srs. deputados, a nossa alegria é que se estão consolidando nas audiências públicas que já realizamos, uma aqui nesta Casa e esta agora em Rio do Sul, alguns consensos: a bolsa de estudo, de pesquisa e de extensão dos 70% já consolidados e sancionados pelo governo, estão garantidos e legitimados, e sobre os 30% há um acordo político, para que sejam destinados à Udesc 10% e 20% para bolsa de estudo, para os alunos que frequentam os cursos de licenciatura.

Então, o art. 171 tem algumas posições divergentes destas, mas não tenho dúvida nenhuma de que até dezembro vamos consolidar, deputada Ana Paula Lima, mais de R\$ 50 milhões por ano para o ensino superior em bolsa de pesquisa, bolsa de extensão e, especificamente também em bolsa para os cursos de licenciatura e 10% para a Udesc expandir para o interior do estado. E a audiência pública que realizamos em Chapecó para discutir o futuro da Udesc deixou clara a necessidade e a importância dos 10% para a universidade.

Então, neste sentido estaremos realizando mais duas audiências públicas, uma em Tubarão e outra em Chapecó, para que consolidemos democraticamente esse debate e conquistemos mais um instrumento para a nossa juventude acessar o ensino superior.

E não posso deixar de sempre trazer à tona essa nossa luta, não só de expandir a Udesc ou as bolsas para os nossos alunos das universidades, como também de expandir as nossas universidades públicas, no caso a Udesc, a nossa universidade federal atual para Joinville, para Curitiba e para o sul do estado e também a nova universidade federal que o governo do presidente Lula tem sinalizado e tem-se constituído na nova universidade do Brasil a ser implantada no oeste de Santa Catarina, sudoeste do Paraná e noroeste do Rio Grande do Sul. E a nossa nova universidade começará com 14 cursos. Esta é a primeira colocação que faço aqui, nesta tribuna, trazendo o debate da educação, do ensino superior como um direito da nossa juventude.

Eu, que estou frequentando mais um curso de doutorado sobre sociedade e meio ambiente, vejo a importância, deputado Sargento Amauri Soares, de fortalecer as nossas universidades públicas, gratuitas e de qualidade como a nossa universidade federal que, neste momento, passa por um processo democrático de disputa interna, de candidatura a reitor. Evidentemente que eu, pessoalmente, estou torcendo para que o professor Nildo Ouriques se eleja reitor da nossa universidade federal e, se depender deste aluno, neste momento aluno especial da universidade federal, ele pode contar com o nosso apoio.

Em segundo lugar, gostaria de falar de energias renováveis, biocombustível ou agroenergia.

Desde domingo, com a primeira conferência do Leonardo Boff, na segunda e na terça-feiras, com grandes conferencistas presentes nesse seminário que se chama I Conferência Nacional Popular sobre Agroenergia, Soberania Alimentar e Soberania Energética, os grandes eixos da discussão foram, em primeiro lugar, as críticas ao agronegócio, aos agrocombustíveis, à ocupação de terreno com monocultivo, à produção em grande escala no país, e ao fornecimento de biodiesel, biocombustível e etanol para o mercado externo. Toda grande base de sustentação da matriz teórica, política e ideológica desse seminário popular é a defesa da terra para os brasileiros, com a realização profunda e estrutural da reforma agrária deste país.

Em segundo lugar, que a produção de matéria-prima de alimentos e de energia caminhe de forma conjunta e, em terceiro lugar, que a produção da matéria-prima se dê também no mesmo espaço local da industrialização e da comercialização. E que a categoria que está sendo usada agora é a descentralização da energia e não a centralização como é o caso do petróleo e do etanol, mas a construção da soberania alimentar e da soberania energética passa pela descentralização dessa produção, não só da matéria-prima, mas também da industrialização e da comercialização no espaço local para o autoconsumo e também para o consumo local e regional.

Srs. deputados, essas são as grandes teses que diferenciam a atual hegemonia dominante do etanol e do biodiesel, principalmente o biodiesel a partir da soja, com outras perspectivas de óleos vegetais, não transformando óleo vegetal em biodiesel, mas com a utilização do próprio óleo vegetal como combustível. E é dessa forma, com menos tecnologia tanto para o etanol quanto para o óleo vegetal, que poderemos ter uma grande alternativa. Tivemos várias experiências colocadas nessa conferência popular, no sentido de que é possível produzir a matéria-prima, industrializar e comercializar nessa nova lógica, nessa nova matriz de soberania alimentar e energética.

O sr. Deputado sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Quero apartear mais uma vez - com o risco de me tornar repetitivo, talvez chato, até por ter pedido um aparte também no pronunciamento do deputado Pedro Baldissera para falar sobre a expansão das universidades públicas, federais e estaduais -, para falar agora dos biocombustíveis.

Quero dizer que concordo plenamente com v.exa., pois sou um adepto, um defensor árduo da mesma tese que v.exa. defende, de que é possível produzir energia renovável a partir das micro iniciativas, a partir dos nossos agricultores, sem precisar depender dos monopólios, dos agronegócios, da monocultura. É possível!

Parabéns pelo seu trabalho nessa área! E quero registrar que somos áduos defensores da mesma tese de v.exa.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Este deputado apresentou cinco projetos de lei aqui nesta Casa que estão em debate, em discussão. O governo federal colocou à disposição R\$ 100 milhões no Pronaf ECO, das energias renováveis, para a safra 2007/2008.

Lamentavelmente, deputado Genésio Goulart, deputado Edson Piriquito, deputado Manoel Mota, o governo do estado não tomou nenhuma iniciativa de construir uma política pública para os pequenos agricultores produzirem energias renováveis. Não existe nenhuma iniciativa, não há nenhuma experiência de pesquisa para a utilização do óleo vegetal como forma de energia. Não tem nenhuma iniciativa na área científica, tecnológica, nem de incentivo fiscal, nem de incentivo público, nenhum programa que fomenta desenvolvimento.

Provavelmente os deputados da base do governo vetarão o nosso projeto que cria um programa de produção, comercialização e industrialização de produtos de energia renováveis. É nesse debate que queremos contribuir...

(Discurso interrompido por término do horário regimental).

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - O próximo orador inscrito é o deputado Manoel Mota, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sra. presidente, srs. deputados, venho a essa tribuna para deixar registrado o acontecimento bonito, sereno, tranquilo, maduro que foi a convenção da região do vale do Araranguá.

Sábado houve uma convenção festiva com a participação de mais de 600 pessoas, deputado Genésio Goulart, que foram lá votar. Foi chapa única, não teve disputa. E os filiados, os simpatizantes praticaram um ato de cidadania, realmente, foi uma convenção muito bonita. Hoje à noite, nós vamos eleger a executiva que conduzirá o diretório do PMDB de Araranguá nos próximos dois anos.

Sábado, estivemos em Praia Grande, em outra festa com o prefeito João Mattos, numa convenção muito bonita, sem disputa e coroada de êxito. Ainda no sábado em São João do Sul, fomos a outra festa muito bonita, uma convenção participativa, sem problemas, tudo dentro dos parâmetros legais, das ordens constitucionais.

No domingo pela manhã, nós iniciamos o grande mutirão de visitas aos doze municípios que faltavam. Primeiro Maracajá, onde aconteceu uma convenção extraordinária e participativa. Daí, chegamos a Meleiro, que teve uma festa, inclusive, com um almoço para 500 pessoas. Daí, fomos a Morro Grande, em outra festa participativa, extraordinária. O que mais me chamou a atenção foi que 150 mulheres participaram daquela linda convenção.

Saimos dali e fomos para Turvo, onde foi realizada outra convenção extraordinária, com a participação dos vereadores e de todas as lideranças do município.

Tivemos a felicidade de estar ao meio-dia em Ermo, onde nos encontramos com toda a militância, num momento festivo.

Depois fomos a Jacinto Machado, onde tivemos o prazer e a honra de receber o eminente deputado Genésio Goulart, que foi lá prestigiar a nossa convenção festiva, bonita, extraordinária. E lá participamos de um almoço com mais de 500 pessoas.

De Jacinto Machado fomos para Sombrio, onde foi realizada outra convenção participativa, bonita, sem problema nenhum.

Em Balneário Gaivota participamos de outra convenção participativa, bonita.

De lá fomos até Santa Rosa de Lima, sendo que a convenção contou com a participação da população e da prefeita, num ato cívico bonito.

Em Passo de Torres participamos de outra festa extraordinária da convenção.

Depois fui para o Balneário Arroio do Silva, onde me deram um susto, porque estava encerrando a convenção e estavam soltando foguetes para todos os lados. Enfim, foi outra festa extraordinária.

Para encerrar, jantamos no município de Timbé do Sul, com mais de 500 pessoas.

Então, foram 15 municípios que tiveram a participação efetiva no processo das convenções. Quero cumprimentar todas as militâncias que proporcionaram aquelas festas maravilhosas.

Eu me deslocarei daqui a pouco para dar cobertura ao final das eleições das executivas. E, evidentemente, amanhã não estarei aqui presente porque tenho um compromisso político importante na região. Em seguida, haverá o feriado de Finados e certamente ficarei por lá, mas com o coração apertado, porque sempre estamos aqui nas quintas-feiras participando da sessão.

Deixo, portanto, o meu abraço e agradecimento a todos!

Muito obrigado, sra. presidente!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado.

A Presidência gostaria de informar aos srs. parlamentares e a sra. deputada que se encontra sobre a mesa um requerimento assinado por diversos líderes partidários pedindo a suspensão da sessão por um prazo de dez minutos para ouvirmos o sr. Pedro Lopes, da Feltrancesc, apresentar o Despoluir - Programa Ambiental de Transporte.

Está suspensa a sessão.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) (Faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Dagomar Carneiro, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Sra. presidente e srs. deputados, inicialmente, gostaria de registrar a presença aqui na Assembléia do diretor-presidente da Companhia de Desenvolvimento Urbano de Brusque, sr. Rimer dos Santos Paiva. Desejamos-lhe as boas-vindas a esta Casa!

Sra. presidente, o que me traz à tribuna, hoje, é para dizer que Brusque, a partir de hoje, passa a se tornar a capital cultural do Brasil durante o mês de novembro, porque à noite teremos a abertura do VII Simpósio Internacional de Esculturas, realizado na nossa cidade, simpósio esse que já teve oportunidade, na sua primeira edição, de homenagear o Amilcar de Castro; posteriormente, na segunda edição, o artista e escultor italiano Gio Pomodoro; na terceira edição, o artista e escultor gaúcho Xico Stockinger; após, na quarta edição, o catarinense radicado na França Juarez Machado; no quinto simpósio, nada mais, nada menos do que Oscar Niemeyer; na sexta edição a homenageada foi a escultora e artista japonesa Tomie Ohtake. E neste ano estamos homenageando Francisco Brennand, considerado um dos maiores artistas e escultores do mundo.

São obras que serão esculpidas em mármore branco e em granito, pedras essas que chegam a pesar 20 ou 30 toneladas e que vêm da região do Espírito Santo, mais especificamente de Cachoeiro do Itapemirim.

O Simpósio Internacional de Esculturas traz para Santa Catarina os mais renomados artistas e escultores do mundo. Este ano serão 19 escultores e mais o artista homenageado, totalizando 20 obras que serão esculpidas do dia 1º até o dia 30 de novembro na cidade de Brusque. No início serão pedras brutas, maciças e, no desenrolar desses 30 dias, irão se transformar em verdadeiras obras de arte, em esculturas que vão-se somar às outras quase 90 obras que já temos em Brusque, transformando aquele município na capital catarinense do turismo cultural. Tanto que tem sido a menina dos olhos do sr. governador Luiz Henrique da Silveira, que recentemente aprovou, através do fundo do turismo, recursos para a construção do parque das esculturas da nossa cidade, fazendo com que Brusque possa ter o maior museu a céu aberto, com obras gigantescas, deputado Professor Grando, de valores inestimáveis. São obras de mais de US\$ 1 milhão que estão ali confeccionadas na nossa cidade.

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. tem, pode-se assim dizer, bastante humildade. Mas quero parabenizar Brusque e a administração municipal que iniciou esse trabalho, e, se não me engano, foi na administração do Ciro Roza e de v.exa., deputado Dagomar Carneiro. E realmente está repercutindo em todo o mundo o fato de esses escultores de renomes mundiais colocarem, através da pedra bruta, a sua inspiração e a sua obra, e aproveitarem essas obras para constituir um parque ao ar livre, no meio ambiente, para que as pessoas possam conhecer e admirar o trabalho, que é uma forma de transmitir a cultura.

Então, Santa Catarina e o Brasil estão se destacando mundialmente com esse trabalho. Brusque iniciou essa caminhada e é um dos poucos municípios do mundo que está fazendo esse projeto.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Obrigada, deputado Professor Grando.

O objetivo foi incrementar em nossa região, além do nosso turismo religioso, o turismo de compra, o turismo cultural, que é, hoje, um dos ramos do turismo que mais crescem no mundo.

Muito obrigado, sra. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PRB.

Com a palavra a deputada Odete de Jesus, por até cinco minutos. E desde já agradeço o presente que v.exa. nos ofertou: a biografia do bispo Edir Macedo.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, quero dizer que o que é bom, edifica, constrói, nós gostamos e fazemos questão de passar a v.exas. Então, esse presente será edificante para as suas vidas.

Mas queremos dizer que, hoje, vamos ter a posse, às 17h, no Centro Multiuso de São José, dos novos desembargadores. E a matéria do *Diário Catarinense*, na sua página oito, dá a informação de que tomarão posse hoje alguns novos desembargadores. Diz a matéria:

(Passa a ler.)

[...]

"Nunca registrou-se, na história do Judiciário catarinense, posse coletiva com este número de magistrados. De 1974 a 2000, por exemplo, apenas 13 novos desembargadores foram nomeados. Assim, a composição de segunda instância do TJ passará de 40 para 49 integrantes.[...]”[sic]

Ai resta aguardarmos um pouquinho a escolha da Ordem dos Advogados do Brasil, e fazemos votos que escolham o nosso colega de Parlamento, o deputado João Henrique Blasi.

Eu gostaria de destacar alguns desembargadores que às 17h estarão tomando posse: o dr. Jaime Ramos, natural de Lages, já atuou nas comarcas de Mafra, Porto União, foi promovido ao cargo de juiz de direito e atuou em Laguna, Taió, Dionísio Cerqueira, Canoinhas, Lages, Joinville e Rio do Sul; o dr. Alexandre D'Ivannenko, natural de Itajaí, também foi promovido a juiz de direito e trabalhou nas comarcas de Urubici, Orleans, Porto União e Curitiba; o dr. Newton Janke, nascido em Ituporanga, atuou em Porto União, Criciúma e São Joaquim; o dr. Lédio Rosa de Andrade, natural de Tubarão, atuou em Araranguá e Chapecó, promovido ao cargo de juiz de direito, atuou em Tangará, Ibirama, Campos Novos, Tijucas, Criciúma e Tubarão; o dr. Jorge Henrique Schaefer Martins, natural de Tubarão, promovido ao cargo de juiz de direito, julgou nas comarcas de Abelardo Luz, São Lourenço do Oeste, Canoinhas e Blumenau e foi removido para Florianópolis em 1999; a desembargadora dr. Marli Mosimann Vargas; o dr. Sérgio Izidoro Heil; o dr. José Carlos Carstens Köhler e o dr. Moacyr de Moraes Lima Filho.

Então, são esses que daqui a pouco, às 17h, estarão tomando posse. E estaremos lá presentes, deputado Onofre Santo Agostini...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente e srs. deputados, eu aprendi, na minha convivência com o governador Luiz Henrique da Silveira, que é longa, desde as minhas primeiras tratativas quando, à época, ele era deputado federal, que palavra dada é palavra cumprida. Sempre foi assim. Palavra dada é palavra cumprida. E na vida pública, principalmente, é fundamental para o cidadão que transita no meio político ter essa credibilidade, o que não é muito comum, é quase que useiro e vezeiro no meio político dar a palavra, prometer alguma coisa e esquecê-la rapidamente, deixando de cumpri-la.

Estou falando isso, sr. presidente, porque há alguns dias estive na Celesc para resolver um problema de Joinville, da Cipla, uma indústria de plásticos que temos em Joinville, que está sob intervenção e que ficou durante mais ou menos quatro anos sem pagar energia elétrica, comandada por um grupo que não considero do PT, porque o PT que eu conheço é o PT do meu amigo Carlito Merss, de Joinville; o PT da deputada Ana Paula Lima; o PT de uma série de outras pessoas que conheço, que são bem intencionadas, que brigam, que são voluntariosos, mas que querem o melhor para este país.

Aquele grupo que se intitula do PT e que para mim não é do PT, na verdade, são revolucionários representantes da Via Campesina, representantes do MST e de tantos outros grupos radicais, mas durante a gestão dessas pessoas na Cipla, em Joinville, fabricaram porretes e

orientaram funcionários, operários que estão lá para trabalhar e sustentar suas famílias, através de cartilhas, para a guerrilha! E essas pessoas não estão mais lá graças a uma decisão e a uma intervenção que foi feita nessa fábrica, para salvaguardar cerca de 700 empregos e a sobrevivência de pelo menos duas mil pessoas que dependem daqueles empregos para sobreviver.

Muito bem! O interventor entrou lá e está passando dificuldades porque foi ameaçado até de morte, mas está tentando organizar tudo aquilo, renegociando com fornecedores, reordenando os trabalhos no interior da fábrica. Ele me procurou, como também já havia procurado tantos outros deputados, para tentar achar uma solução para essa questão dos pagamentos de luz na Celesc.

Conversei com aquele interventor, o sr. Reinoldo, e ele me disse que eles estão ameaçando de cortar a luz de uma hora para outra. Mas se faz quatro anos que não cortam a luz porque não foi paga, por que agora querem cortar? Mas eu lhe perguntei se tinha alguma proposta e ele disse que tinha, que estava disposto a pagar daqui para diante, só que o atrasado pediu que fosse negociado depois.

Então, pedi uma audiência com o sr. Carlão, Carlos Alberto Martins, diretor comercial da Celesc, e lá compareci. Fui muito bem tratado pelo seu Carlão, não só eu como o interventor, com cafezinho e tudo mais, e conversamos animadamente. E a proposta que o interventor levou foi prontamente aceita. O Carlão nos disse que se nós estávamos dispostos a pagar daqui para frente, não haveria nenhum problema. E ficou acertado, ficou definido que a Cipla de Joinville iria pagar, então, os débitos, de luz a partir daquele mês, a partir do mês que vem. A despesa do mês de outubro seria paga em dezembro e assim consecutivamente. Estava tudo acertado. Palavra dada, palavra cumprida, pensei eu, porque estou acostumado com o meu governador, estou acostumado com algumas pessoas do meio político que cumprem a palavra.

Então, saímos de lá, deputado, e dissemos graças a Deus iríamos respirar aliviados. Qual não foi minha surpresa, e muito mais ainda do interventor, na sexta-feira sai uma informação na direção da fábrica de que se não pagassem a luz ela seria cortada. O interventor estava em Florianópolis, mas não deu tempo de pensar, e às 10h a Celesc mandou cortar a luz. E é bom que se frise que isso não foi determinado pelo gerente regional, que é uma pessoa fantástica, é uma das pessoas que mais estimo, mas que estava de férias, mas sim pela diretoria daqui, que disse que era para cortar a luz.

Eu fiquei me perguntando: e os quatro anos que esses revolucionários ficaram lá na fábrica sem pagar um tostão de luz ninguém cortou a luz, ninguém fez nada?! Agora, que está sob intervenção, por determinação judicial, que eles têm a intenção de pagar, pois foi conversado e negociado junto com este deputado de que agora iriam pagar a luz do mês, pelo menos, demonstrando a intenção de resolver o problema, aí vão lá e cortam a luz!

Eu fiquei possesso, sr. presidente! Liguei para tanta gente, inclusive para o governador em exercício Leonel Pavan, que demonstrou uma grande preocupação. Resultado, esteve lá um interventor que saiu correndo feito louco para arranjar dinheiro para pagar a luz de setembro, cerca de R\$ 150 mil, quase R\$ 160 mil, levando-o para eles, e aí a luz foi restabelecida na parte da tarde da sexta-feira.

Isso eu chamo de falta de palavra! E na vida pública homem que não respeita a palavra dada não merece nem usar a calça que veste! Essa é a grande verdade.

Quero deixar registrada aqui a minha revolta por essa falta de palavra do diretor comercial da Celesc.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dagomar Carneiro.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Sr. presidente e srs. deputados, quero registrar, aqui, a presença do prefeito Aderbal Manoel dos Santos, o Deba, da promissora cidade de São João Batista, capital dos calçados de Santa Catarina. Aliás, foi a cidade, no último senso, que mais cresceu no Vale do Itajaí Mirim, no Vale do Rio Tijucas.

Então, quero dar boas-vindas ao prefeito Deba e dizer-lhe que se sinta à vontade na nossa Casa de Leis.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Professor Grandó - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Professor Grandó.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, quero agradecer à Fetranesc pelo programa Despoluir, em que o caminhoneiro é amigo do meio ambiente. Inclusive, criaram um telefone ambiental cujo número é 08007282891, em que cada caminhoneiro, ao andar por uma das estradas deste país, vendo qualquer fogo, telefona para esse telefone em nível de Brasília, que irá mobilizar realmente as forças para apagar o fogo o mais rapidamente possível. Por quê? Porque o Brasil é o país que mais contribui com dióxido de carbono relativo à queima de matas e incêndio.

Então, divulgo esse telefone para o caminhoneiro amigo do meio ambiente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Moacyr Sopelsa por até dezoito minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, eu também queria cumprimentar o dr. Pedro, presidente da Fetranesc, pela explanação que fez aqui e pelo trabalho que a Fetranesc faz em defesa do meio ambiente do nosso país.

Eu quero agradecer e cumprimentar, primeiramente, na minha fala de hoje, todos aqueles que puderam participar, na segunda-feira, especialmente os deputados, da homenagem feita nesta Casa aos 40 anos da Cooperalfa. É uma cooperativa que é exemplo no país e no mundo.

De igual forma, quero cumprimentar todos os funcionários desta Casa, aqueles que contribuíram para que pudéssemos promover aquela sessão solene em homenagem a essa cooperativa importantíssima.

Quero registrar aqui a alegria que estou sentindo hoje, e tenho certeza, deputado Clésio Salvaro, que é também dos 40 deputados, pela decisão da cooperativa Aurora, no dia de ontem, do seu conselho, dos seus conselheiros, da instalação de um frigorífico de aves em Santa Catarina, especificamente do planalto norte, no município de Canoinhas.

Aqui, temos que registrar o apoio que o governo do estado, através de incentivos, pôde oferecer, que foram importantíssimos para que a Cooperativa Central pudesse decidir em favor do estado de Santa Catarina, uma vez que lá estavam também tentando trazer o empreendimento para os estados do Paraná, do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso do Sul. Foi importantíssima a decisão do governador, do governo de dar os incentivos necessários para essa indústria que vai trazer um abate com a capacidade de 300 mil aves por dia, que vai gerar mais 3.200 empregos, uma vez que vão ser construídos 1.100 aviários de 100 por 12 metros. É um investimento econômico para aquela região de mais de R\$ 1 bilhão, que terá seu início ainda este ano.

Então, eu quero cumprimentar a direção da cooperativa, o conselho da Cooperativa Central Aurora por essa importante decisão de deixar esse empreendimento onde temos a qualidade da sanidade animal, a capacidade, a especialização, a tecnologia, mas, acima de tudo, por termos em Santa Catarina a aptidão do nosso produtor de trabalhar com essas atividades agrícolas.

Está de parabéns o nosso estado, estamos de parabéns todos nós. Tenho certeza de que o governador mandará aqui para a Assembléia projetos de lei que possam beneficiar ainda mais esse setor que terá, sem dúvida alguma, o apoio dos nossos deputados.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Deputado, quero pegar uma carona nas suas palavras e me solidarizar inclusive com tudo aquilo que v.exa. está falando. Para nós do norte é fundamental, principalmente para aquela região que tem uma cultura muito forte moveleira, ter outra opção, diversificando as suas atividades. Isso é fundamental. Eu achava que poderia descer um pouquinho mais e vir até Joinville, mas lá em cima está de bom tamanho também porque vai incrementar empregos, vai incrementar outra forma de trabalho naquela nossa região.

Parabenizo v.exa. por tudo o que foi dito e quero torcer para que venham outras indústrias para o nosso norte também.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Agradeço, deputado!

V.Exa. pode ter certeza de que a agricultura crescendo, crescerão também os grandes centros urbanos e a nossa indústria e o nosso comércio se desenvolverão. Mas aquela região do planalto norte, sem dúvida alguma, precisava de mais um empreendimento para o seu desenvolvimento.

Mas quero também tirar alguns minutos do tempo que me é concedido pelo meu partido, o PMDB, para falar sobre uma questão seríssima, deputado Onofre Santo Agostini, v.exa. que vem de uma região agrícola, que nos envergonha e nos entristece, ou seja, o ocorrido com algumas cooperativas que não são um exemplo de cooperativas de Santa Catarina, as cooperativas do estado de Goiás, que não tiveram o escrúpulo de colocar em um produto que deve estar na mesa de todo o cidadão, principalmente das crianças, dos filhos dos brasileiros, a mistura química com soda cáustica e água oxigenada.

Isso, srs. deputados, além de trazer um risco para a saúde, além de contaminar um produto que precisaria estar na mesa de todos, inclusive das crianças das famílias humildes, está prejudicando os nossos produtores, e se não tomarmos providências no sentido de mostrar que a indústria de Santa Catarina, que o produto que estamos comercializando é de qualidade, com certeza, deputado Clésio Salvaro, vai diminuir o consumo e quem vai pagar a conta, mais uma vez, serão as empresas honestas, sérias, os nossos produtores, pois quando diminui o consumo, o produto acaba sobrando no campo.

Então, quero deixar registrado aqui que tenho absoluta certeza de que as indústrias de leite de Santa Catarina fazem um trabalho sério e oferecem um produto de qualidade. Mas esperamos que o ministério da Agricultura, o governo federal e o ministério da Saúde possam colocar fiscais que proibam e que impeçam situações como essa que está acontecendo no estado de Goiás, com um produto sendo vendido para todo o país.

O Sr. Deputado Jandir Bellini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não!

O Sr. Deputado Jandir Bellini - V.Exa., que é um profundo conhecedor do trabalho exercido pelas nossas cooperativas em Santa Catarina, enfoca muito bem essa questão.

Com relação à adulteração do leite nas cooperativas em Minas Gerais, elas se agravam ainda mais em relação a esse crime porque esses dirigentes, além de colocarem a saúde pública em risco, traíram a confiança dos milhares de produtores que são filiados a essa cooperativa, que elegeram esses dirigentes para conduzirem esse processo dentro de uma responsabilidade de entregar ao consumidor um bom produto e de trazer aos produtores um resultado esperado.

Então, o consumidor foi traído, o produtor foi traído, pois delegou a esses dirigentes a responsabilidade de colocar um produto de boa qualidade no mercado. Lógico que ao serem julgados, a Justiça tem que considerar muito também essa questão, porque denegriu a imagem do processo cooperativista, que é o que engrandece o país, que é o que contribui para o crescimento da nossa economia, a exemplo da Coopercentral, da Cooperalfa, que completou, agora, no último dia 29, 40 anos de bons serviços prestados a Santa Catarina.

Parabéns a v.exa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, deputado Jandir Bellini.

Eu conheço v.exa. desde que éramos produtores, v.exa. em Chapecó e eu em Concórdia. Por isso v.exa. conhece e sabe da importância que tem o setor cooperativista. Quando homenageamos aqui a Cooperalfa não foi apenas para homenagear o seu presidente, o seu vice, os seus conselheiros, mas especialmente os 15 mil associados dessa cooperativa.

Eu imagino o que pensam os associados dessas cooperativas que cometeram esse crime com um produto que é sagrado. Eu tive a oportunidade, no domingo, de assistir ao *Globo Rural* e ver que um associado estava aborrecido e triste porque não tinha para quem entregar o seu produto, justamente ele que produzia com sacrifício, com responsabilidade o seu produto para a sua comercialização.

Quero consultar os meus colegas do PMDB, porque o meu tempo deveria ser dividido. Não sei se os deputados Romildo Titon ou Renato Hinnig irão fazer uso da palavra. Continuarei usando o tempo do PMDB, mas se algum deputado quiser usar a palavra, encerrarei o meu discurso.

Vou continuar falando sobre esse assunto, porque é uma alegria poder usar o tempo do partido e falar de um setor que conheço profundamente, e sei da importância que tem para o desenvolvimento do estado e do país. V.Exa., deputado Sargento Amauri Soares, que também veio da agricultura sabe da sua importância.

Quando vemos o que está acontecendo com o leite - já se fala na diminuição do consumo - que acontece através de uma cooperativa, que não é da direção, do presidente, do vice-presidente ou dos seus conselheiros, a cooperativa é dos seus associados. Temos exemplos de cooperativas em Santa Catarina, o deputado Romildo Titon tem o exemplo da Coopercampos; eu tenho o da Cooperdia, em Concórdia, da Cooperalfa, da Cooperville, em Videira, da Cooperio, de Joaçaba, e outras. Em Curitiba também está instalada a Coopercampos.

Isso nos deixa orgulhosos, engrandecidos, mas ao mesmo tempo nos deixa tristes, porque quem termina pagando a conta, como eu disse há pouco, é o nosso produtor, e produzir leite não é fácil. Nós sabemos a dificuldade do produtor porque não tem frio, não tem chuva, não tem domingo nem feriado, esse trabalho precisa ser feito diariamente, não importa o clima. E quando o produto chega ao consumidor ele o encontra adulterado, encontra um produto que não pode ser consumido.

Existem laboratórios para inspecionar o leite do produtor. O ministério da Agricultura se propõe a fiscalizar a produção na mão do produtor e fica uma falha muito grande entre o consumidor e a fábrica. Por isso é necessário que se tome providências, que se faça uma fiscalização com segurança, e que o produto que o nosso consumidor venha a adquirir possa ser um produto seguro.

O Sr. Deputado Romildo Titon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não!

O Sr. Deputado Romildo Titon - Deputado Moacir Sopelsa, quero parabenizá-lo pelo assunto que aborda na tarde de hoje sobre o cooperativismo, que é, sem dúvida nenhuma, um segmento que se destaca a cada ano que passa.

Se nós observarmos o contexto da área agrícola no Brasil inteiro, e nós, principalmente do estado de Santa Catarina, que somos conhecedor mais efetivo por sermos de uma região essencialmente agrícola, vamos ver que o setor agrícola tem deslanchado onde as cooperativas têm se estruturado e dado apoio ao nosso agricultor. Principalmente o meio oeste catarinense e o oeste, que são exemplos para todo o Brasil, como uma das cooperativas mais bem organizadas e estruturadas, dando um segmento para o lado da agroindústria.

Nós que convivemos nesta região, agora estamos prestes a ver a implantação de um abatedouro de suínos em Campos Novos da nossa Coopercampos. Certamente com isso será alcançado um crescimento maior na área da suinocultura na nossa região. E não é só instalar um abatedouro, leva alguns anos para se fazer o plantel e depois acontecer realmente a sua implantação, como irá ocorrer na região de Campos Novos.

Então, quero parabenizar v.exa. pelo tema que traz aqui, principalmente da questão do leite, que tem sido notícia no Brasil inteiro. Infelizmente todas as vezes que um segmento acerta e começa a obter uma lucratividade, aparece algo para atrapalhar o comércio, como vem acontecendo. V.Exa. tocou num ponto fundamental, que é o sacrifício para produzir o leite. Sacrifício do agricultor que tem que levantar cedo, dormir tarde e não tem final de semana.

Parabéns pelo tema aqui levantado.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado pelo aparte, deputado Romildo Titon. Tenho absoluta certeza do conhecimento e da experiência que v.exa. tem também na agricultura.

Quero apenas fazer um convite. No dia 6 de novembro, na próxima terça-feira, teremos a primeira reunião da Frente Parlamentar - Frencoop, com a Ocesc, Organização das Cooperativas de Santa Catarina. Está sendo enviado um ofício convidando os 24 deputados que assinaram o requerimento para a criação da Frente Parlamentar para essa reunião na Fecoagro, às 19h. A Fecoagro, através da Ocesc, deve apresentar as primeiras propostas, as primeiras ações que deveremos desenvolver em conjunto, na Assembléia Legislativa, em favor do cooperativismo.

Faço o convite verbalmente, mas com certeza chegará o convite no gabinete de cada deputado com o endereço e o horário da reunião.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Ouço v.exa., deputado Sargento Amauri Soares.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Muito obrigado, deputado Moacir Sopelsa.

Quero parabenizar v.exa. pelo pronunciamento e dizer que é lamentável o fato da contaminação do leite, por conta da irresponsabilidade criminoso de alguns empresários. Mas também quero dizer que acredito que o impacto deste momento não perdurará por muito tempo, porque o consumo do leite é uma necessidade humana que vai se colocar diariamente para as pessoas, para as famílias de Santa Catarina.

Assim como há um fator positivo, também é preciso lamentar pela desgraça, mas quero dizer que toda situação tem um fator positivo, porque nós, consumidores, vamos buscar mais orientação a respeito da origem dos produtos que consumimos.

Então, precisamos fazer um trabalho educativo e é importante que as empresas, os produtores e as cooperativas também façam um trabalho educativo, para que o consumidor busque informação sobre a origem do produto que ele está consumindo, tendo certeza de que o produto que é de Santa Catarina, produzido pelos nossos camponeses, pelos nossos agricultores, é produto feito com capricho, feito com carinho, feito com o trabalho esforçado do nosso povo.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Ainda tenho 40 segundos, mas quero que v. exa. possa se pronunciar, deputado Elizeu Mattos.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado Moacir Sopesla, o Brasil hoje é o sexto maior produtor de leite do mundo, e exportamos para 80 países. A exemplo de São Paulo, fica aqui a idéia de fazermos uma ação com os Procons e com as secretarias da Agricultura dando qualidade e sanidade ao nosso leite.

Acho que poderíamos fazer uma ação no sentido de dar qualidade, sanidade ao leite e tranquilidade à nossa população com a garantia do leite e do queijo produzido no estado de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o deputado Onofre Santo Agostini, por até sete minutos.

O Sr. Deputado Sílvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sílvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, sr. presidente.

Gostaria de registrar a presença do ex-vereador Márcio Mallon, atual colaborador da Câmara Municipal de São Bento do Sul e de todos os colaboradores da referida Câmara.

Muito obrigado pela presença e seja bem-vindo a esta Casa Legislativa.

Obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Feito o registro, com a palavra o deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Srs. deputados, quero com muita alegria registrar a presença da ex-deputada estadual e ex-deputada federal Luci Choinacki. Tive o privilégio e o prazer de ser deputado junto com a deputada Luci Choinacki, uma excepcional deputada. Se Deus quiser v. exa. será presidente do PT. O Democratas já fechou com a Luci Choinacki, pode contar conosco!

Claro que é brincadeira, mas é pelo respeito que tenho para com essa figura extraordinária que conhecemos.

A deputada começou nesta Casa numa simplicidade, e tornou-se uma verdadeira guerreira defendendo os seus pontos de vista, as suas teses, defendendo, de modo especial, o partido que ela abraçou e que a recebeu. Por isso, é um prazer muito grande recebermos a deputada Luci Choinacki e poderemos fazer este registro.

Srs. deputados, gostaria de abordar dois assuntos, rapidamente. Primeiro, esta semana ouvi a deputada Odete de Jesus, e hoje o deputado Moacir Sopesla falando sobre o problema do leite. É complicado! É uma vergonha para o país o que está acontecendo. Mas não é só o leite de Goiás, não! Minas Gerais está vendendo queijo com a validade vencida! Nós temos que fazer alguma coisa, como disse a deputada Odete de Jesus.

É claro que estamos limitados. O nosso trabalho é limitado, mas ao menos vamos protestar, deputada Odete de Jesus, e hoje o deputado Moacir Sopesla fizeram com relação a esse terrível episódio da produção do leite. E quem vai pagar é o produtor, e pior, deputado José Natal, é o pequeno produtor, aquele que levanta às 5h da manhã, como nós conhecemos na nossa região. Às 5h da manhã estão lá a mãe e o pai da família tirando o leitinho da vaca barrosa e vai pagar um preço caro por isso, porque hoje tudo o que se passa no episódio do leite é banditismo.

Hoje de manhã, assistia ao *Bom Dia Brasil*, e conversava com a deputada Ana Paula, quando o repórter dizia que a única forma de tomarmos leite puro é termos a vaca, porque caso contrário nós não vamos mais tomar leite puro. É uma vergonha o que aconteceu com o leite e o queijo. Estamos vivendo momentos difíceis!

Fica aqui o protesto! Quero hipotecar a minha solidariedade à deputada Odete de Jesus e também ao deputado Moacir Sopesla, principalmente ao pequeno produtor de leite do nosso estado e do Brasil inteiro, que luta com uma dificuldade extraordinária e vê jogado na lama esse produto que é essencial para as crianças e para todas as pessoas do país.

Outro assunto, srs. deputados, diz respeito ao estardalhaço que foi feito ontem na escolha do Brasil como sede da Copa do Mundo. Eu fiquei triste, srs. deputados, porque se gastou uma verdadeira fortuna para ir até a sede da Fifa. Fizeram uma onda, com televisão de tudo que é lado, e só havia um candidato. Candidato único, e se fez um estardalhaço extraordinário sobre a Copa do Mundo 2014! Havia um candidato só! Não gostei! Achei que foi uma afronta ao povo brasileiro, à inteligência do Brasil! Um candidato só, deputado Herneus de Nadal, e se fez esse estardalhaço todo. Copa 2014, e não sei o que. Despesa daqui, avião para lá, avião para cá, para quê? Para que, deputado Odete de Jesus? Era um candidato só!

Agora, por outro lado, deputado Cesar Souza Júnior, v. exa. se prepare porque, se Deus quiser, o senhor vai ser prefeito desta terra e, quem sabe, em 2014 v. exa. ainda continue prefeito, porque nós queremos trabalhar por Florianópolis para ser uma das sedes para a Copa do Mundo de 2014.

O campo do Figueirense, o nosso querido alvinegro, está em condições, senão iremos melhorar o nosso campo, deputado João Henrique Blasi, o Estádio Orlando Scarpelli, e vamos sediar aqui uma das chaves da Copa do Mundo. O Figueirense e a capital do estado terão condições de sediar uma das chaves da Copa do Mundo.

O deputado Cesar Souza Júnior pode preparar-se, porque, se Deus quiser, será o prefeito. Já é o próximo prefeito, mas vamos ver se v. exa. se reeleger, e em 2014, como prefeito, sedie uma chave aqui na capital. Acho que chegou a oportunidade de Santa Catarina! Nós nunca tivemos oportunidade de ver acontecer esse episódio, deputado Gelson Merísio. Lá no oeste não temos nem campo de futebol, no nosso querido Chapecoense cabem 10 mil pessoas.

Então, vamos concordar e apoiar Florianópolis, deputado Cesar Souza Júnior, vamos brigar pela nossa terra, vamos ser bairristas como o gaúcho, que já está dizendo que há oito estádios à disposição: o Olímpico, o Colorado, até o Glória, de Vacaria, já está à disposição da CBF.

Então, vamos nós, catarinenses, também ser bairristas, também vamos dizer que Santa Catarina tem, porque tem, condições de sediar uma das chaves. Deputado Pedro Baldissera, quero que v. exa. nos ajude a brigar em favor de Florianópolis, em favor de Santa Catarina para sediar uma das chaves da Copa do Mundo aqui no estado.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V. Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Deputado Onofre Santo Agostini, muito obrigado! Só gostaria de inscrever o grande Estádio da Ressacada para ser sede dos jogos, porque naturalmente é o estádio mais bonito desta cidade e deste estado.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Pois é, deputado Sargento Amauri Soares, vamos fazer força, srs. deputados, enfim o desembargador João Henrique Blasi, lá do Tribunal de Justiça, também haverá de trazer a sua solidariedade em favor do time do seu coração, que é o nosso querido Figueirense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Décio Góes, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, srs. deputados, em primeiro lugar gostaria de dizer que temos mesmo que fazer uma festa para comemorar a Copa do Mundo no Brasil, porque notícia boa precisa ser comemorada. Agora, notícia melhor é quando pudermos confirmar uma das etapas em Santa Catarina, que com a sua ajuda, deputado Onofre Santo Agostini, vamos conseguir trazer para cá.

(Passa a ler.)

"Caros srs. deputados, sras. deputadas, é preciso dizer que o sistema estadual de meio ambiente em Santa Catarina, usando o termo popular, está 'capenga'.

A última reforma administrativa deixou como marca a extinção da secretaria de Desenvolvimento Sustentável e sua incorporação à secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável, sob a justificativa oficial de que o propósito é conciliar crescimento econômico e conservação ambiental. Deste modo, operou-se uma contração significativa da estrutura responsável pelo meio ambiente aqui no estado, hoje restrita a duas diretorias dentro da atual SDS, sem contar na sua subordinação à questão econômica e outras assumidas por esta secretaria, como cooperativismo, ciência, tecnologia, inovação, etc.

Enquanto outros estados aparelham e fortalecem suas secretarias de meio ambiente, aqui os catarinenses sequer sabem quem responde pelo meio ambiente.

Afora esta falta de identidade da instância ambiental oficial, chama a atenção o estranho arranjo realizado e a situação de inércia de boa parte dos planos, programas e projetos relacionados ao meio ambiente. Alguns exemplos servem para ilustrar essa situação. Por exemplo, no texto do PPA, que vamos discutir nos próximos dias e que é uma boa carta de intenção, mas os recursos não correspondem ao que está no discurso. Nela, a questão ambiental permeia por todo o documento e coloca que o modelo catarinense agrícola está em xeque se não tomarmos providências em relação à questão da água."

Nós temos projetos, por exemplo, referente aos dejetos suínos e soluções transformando 100% em adubo sem causar poluição e não tem nenhum grande programa no estado para abarcar essa solução tecnológica.

O Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro foi parar na secretaria de Planejamento. Conseguimos há pouco reativar aquele contrato antigo dos convênios dos planos diretores das cidades que margeiam a BR-101 que foi parar na Codesc, das cidades impactadas pela BR-101, e que poderia ser feito junto com o plano de gerenciamento costeiro, porque é a mesma base cartográfica, são os mesmos dados. Mas, como um trabalha num lugar e outro noutro, nós vamos gastar dinheiro duas vezes e faremos o serviço.

Então, há um conjunto de exemplos de que o sistema estadual precisa de meio ambiente e de uma atenção especial. Há, por exemplo, muitas licenças para Pequenas Centrais de Hidroelétricas no estado, sem definir a questão da outorga. Isso vai dar um problema sério na questão da água no estado nos próximos dias, meses, anos, que será difícil resolver.

(Continua lendo.)

"No âmbito dos recursos hídricos, embora tenhamos avançado no aparato legal em nível nacional, aqui no estado ainda não temos instituída a política estadual de recursos hídricos, e os estudos para o Plano Estadual de Recursos Hídricos agora é que estão ganhando fôlego. Enquanto isso, outros estados, como São Paulo, por exemplo, já estão implantando a cobrança da água, que é um instrumento indispensável à geração dos recursos necessários às ações de recuperação e conservação dos recursos hídricos.

Em relação aos recursos florestais e à biodiversidade, basta lembrar que o estado é um dos únicos do Brasil, perdendo apenas para Goiás - mais um índice em que estamos no final da fila -, "onde a taxa de desmatamento do bioma da Mata Atlântica é crescente. A perda de biodiversidade é irreparável. Uma reportagem veiculada no último dia 27, em rede nacional de televisão, chamou a atenção da opinião pública brasileira ao revelar o acelerado processo

de substituição da mata nativa, sobretudo de remanescentes da Mata de Araucária, por plantios sem limites de exóticas como pinus. E o que é pior, em alguns casos, com autorização de corte da Fundação Estadual de Meio Ambiente."

Denúncias de desmatamento não faltam neste estado, e o povo não sabe nem a quem recorrer, se à Fatma, ao Ibama, às fundações, à Polícia Ambiental, à Polícia Civil, ao Ministério Público. E a situação é essa.

(Continua lendo.)

"O panorama do saneamento básico no estado, todos já estão carecas de saber - usando um termo popular -, é um dos piores do país, resultado, portanto, de uma política centrada na redução crescente de investimentos, especialmente com recursos não onerosos, e no adiamento da meta de universalização dos serviços sabe lá para que século. Essa é a situação que nós estamos vivendo.

Não podemos deixar de mencionar, ainda, o descaso do sistema ambiental catarinense para com certas ações do governo federal. Duas situações podem ser apresentadas. Primeiro, a estagnação do Programa de Capacitação de Gestores Públicos Municipais, que desde 2004 ainda não passou do cadastramento dos municípios interessados em formar seus técnicos para atuar na área ambiental; e, segundo, a inoperância da comissão técnica Tripartite, que, apesar de seu papel na articulação e integração dos órgãos federais, estaduais e municipais responsáveis pelo meio ambiente, há meses não se reúne. Enquanto isso, em outros estados essas iniciativas vêm sendo implantadas, apresentando bons resultados."

Por isso que a questão dos parques, unidades de conservação e campos de altitude é tratada pelo governo, e aqui também, carregada de preconceito e desconhecimento. Lamentavelmente, sras. deputadas e srs. deputados, essa é a situação da questão ambiental no estado de Santa Catarina. Se não tomarmos providências, vamos matar a galinha de ovos de ouro!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0401/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0443/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único da admissibilidade da Medida Provisória n. 0138/2007, de origem governamental, que altera dispositivo da Lei n. 13.337, de 2005, que autoriza o estado de Santa Catarina a prestar aval para a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - Casan.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0281/2007, de origem governamental, que autoriza a aquisição de imóveis no município de Capivari de Baixo (instalação de Quartel de Bombeiros Militar).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0288/2007, de origem governamental, que autoriza a aquisição de imóveis no município de Laguna (instalação do Quartel do Corpo de Bombeiros Militar).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0290/2007, de origem governamental, que autoriza a aquisição de imóvel no município de Otacílio Costa (regularização da ocupação).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0424/2007, de origem governamental, que altera dispositivos da Lei n. 13.993, de 2007, que dispõe sobre a Consolidação das Divisas Intermunicipais do Estado de Santa Catarina e adota outras providências correlatas.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0444/2007, de autoria do sr. deputado Joares Ponticelli, que declara de utilidade pública a Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários - Presidente Getúlio.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Decreto Legislativo n. 0006/2007, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera a redação do art. 1º do Decreto Legislativo n. 18.276, de 29 de maio de 2007.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Decreto Legislativo n. 0007/2007, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que disciplina as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória n. 136/2007.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Resolução n. 0011/2007, de autoria do deputado Joares Ponticelli, que dispõe sobre a criação, no âmbito da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, do Programa Permanente de Pesquisa, Assessoria e Certificação aos estudantes universitários participantes das audiências públicas e reuniões das comissões permanentes.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A Presidência consulta os srs. líderes se podemos votar o Projeto de Lei Complementar n. 0040/2007, que versa sobre matéria de interesse do Tribunal de Contas; o Projeto de Lei n. 0519/2007, de origem governamental, que autoriza doação de imóvel no município de Ilhota; e o Projeto de Lei n. 0536/2007, que autoriza a reversão de imóvel no município de Joinville.

O Sr. Deputado Pedro Baldissera - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, referente ao projeto do Tribunal de Contas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Trata-se do Projeto de Lei Complementar n. 0040/2007, de origem governamental, que institui o Diário Oficial Eletrônico no âmbito do Tribunal de Contas do estado de Santa Catarina.

O projeto tem aprovação unânime nas comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, de Administração e de Serviço Público, e de Finanças e Tributação.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Está certo, sr. presidente.

(As demais lideranças aquiescem.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a concordância dos srs. líderes, apreciaremos as matérias.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0040/2007, de procedência governamental, que institui o Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Trata-se de projeto de lei complementar. Portanto, há necessidade de 21 votos para a sua aprovação.

Solicitamos aos srs. deputados que se encontram em seus gabinetes que compareçam ao plenário para a votação.

Em votação o Projeto de Lei Complementar n. 0040, de origem governamental, que institui o Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do estado de Santa Catarina.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ADA DE LUCA		DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim	governamental, que autoriza a reversão de imóvel no município de Joinville.
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim	DEPUTADA ODETE DE JESUS	sim	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR		DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI	sim	Em discussão.
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	sim	DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	sim	(Pausa)
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	sim	DEPUTADO PEDRO UCZAI		Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	sim	DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	sim	Em votação.
DEPUTADO DARCI DE MATOS		DEPUTADO RENATO HINNIG	sim	Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.
DEPUTADO DÉCIO GÓES		DEPUTADO RENO CARAMORI		Aprovado.
DEPUTADO DIRCEU DRESCH		DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	sim	De acordo com o entendimento da manhã de hoje, requerimento de autoria dos srs. líderes, que transforma todas as matérias em tramitação para que tenham o tratamento de regime de prioridade.
DEPUTADO EDSON PIRIQUITO	sim	DEPUTADO ROMILDO TITON	sim	Em discussão.
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim	DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim	(Pausa)
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	sim	DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim	Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
DEPUTADO GENÉSIO GOULART		DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim	Em votação.
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	sim	DEPUTADO VALMIR COMIN		Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.
DEPUTADO JAILSON LIMA				Aprovado.
DEPUTADO JANDIR BELLINI		Votaram 22 srs. deputados.		A Presidência consulta os srs. líderes se podemos votar o segundo turno e a redação final das matérias para a conclusão delas.
DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI	sim	Está encerrada a votação.		(Os líderes aquiescem.)
DEPUTADO JOARES PONTICELLI		Temos 22 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.		Havendo a concordância dos srs. líderes, a Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para hoje, às 16h16min, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.
DEPUTADO JORGINHO MELLO		Está aprovada a matéria em primeiro turno.		Está encerrada a sessão.
DEPUTADO JOSÉ NATAL	sim	Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0519/2007, de origem governamental, que autoriza a doação de imóvel no município de Ihotá (criação de parque industrial).		
DEPUTADO JULIO GARCIA		Em discussão.		
DEPUTADO KENNEDY NUNES		(Pausa)		
DEPUTADO MANOEL MOTA		Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.		
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim	Em votação.		
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim	Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.		
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim	Aprovado.		
		Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0536/2007, de origem		

ATA DA 042ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2007 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 16h16min, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Dagomar Carneiro - Décio Góes - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jandir Bellini - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Pedro Baldissera - Professor Grando - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0040/2007, de origem governamental, que institui o Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, de Trabalho, de Administração e de Serviço Público, e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA		DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim	governamental, que autoriza a reversão de imóvel no município de Joinville.
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim	DEPUTADA ODETE DE JESUS	sim	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR		DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI	sim	Em discussão.
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	sim	DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	sim	(Pausa)
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	sim	DEPUTADO PEDRO UCZAI		Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	sim	DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	sim	Em votação.
DEPUTADO DARCI DE MATOS		DEPUTADO RENATO HINNIG	sim	Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.
DEPUTADO DÉCIO GÓES		DEPUTADO RENO CARAMORI		Aprovado.
DEPUTADO DIRCEU DRESCH		DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	sim	De acordo com o entendimento da manhã de hoje, requerimento de autoria dos srs. líderes, que transforma todas as matérias em tramitação para que tenham o tratamento de regime de prioridade.
DEPUTADO EDSON PIRIQUITO	sim	DEPUTADO ROMILDO TITON	sim	Em discussão.
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim	DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim	(Pausa)
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	sim	DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim	Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
DEPUTADO GENÉSIO GOULART		DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim	Em votação.
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL		DEPUTADO VALMIR COMIN		Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.
DEPUTADO JAILSON LIMA				Aprovado.
DEPUTADO JANDIR BELLINI	sim	Votaram 22 srs. deputados.		A Presidência consulta os srs. líderes se podemos votar o segundo turno e a redação final das matérias para a conclusão delas.
DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI	sim	Está encerrada a votação.		(Os líderes aquiescem.)
DEPUTADO JOARES PONTICELLI		Temos 22 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.		Havendo a concordância dos srs. líderes, a Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para hoje, às 16h17min, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.
DEPUTADO JORGINHO MELLO		Está aprovada a matéria em sede de segundo turno.		Está encerrada a presente sessão.
DEPUTADO JOSÉ NATAL	sim	Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0536/2007, de origem		
DEPUTADO JULIO GARCIA		Em discussão.		
DEPUTADO KENNEDY NUNES		(Pausa)		
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim	Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.		

DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADA ODETE DE JESUS	sim
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI	sim
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PEDRO UCZAI	
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	

ATA DA 043ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2007 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 16h17min, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Dagomar Carneiro - Décio Góes - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Hemeus de Nadal - Jandir Bellini - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Pedro Baldissera - Professor Grandó - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck.

SUMÁRIO

Ordem do Dia

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Reporta-se à Indicação n. 0667/2007, de sua autoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Conforme entendimento das lideranças, passaremos de imediato à Ordem do Dia para a votação da redação final das seguintes matérias:

Projetos de Lei n.s: 0281/2007, 0288/2007, 0290/2007, 0424/2007, 0519/2007, 0536/2007 e 0444/2007;

Projeto de Lei Complementar n. 0040/2007;

Projeto de Decreto Legislativo n.s: 0006/2007 e 0007/2007;

Projeto de Resolução n. 0011/2007.

Não há emendas às redações finais.

Consulto os srs. líderes se podemos votar em bloco.

(Os líderes aquiescem.)

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovados todos os projetos em sede de redação final.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 0666/2007, de autoria do deputado Renato Hinnig, e 0667/2007, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Nilson Gonçalves, autor da matéria.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Apenas quero acrescentar alguns detalhes com relação à Indicação n. 0667/2007, de minha autoria.

Há uma preocupação muito grande no município porque os dois médicos que cuidam dessa parte de cirurgia entregaram uma correspondência dizendo que não vão mais fazer essas cirurgias devido a problemas que estão tendo, pois operam as crianças e essas depois são transferidas para outro local para convalescer. Então, há esse problema, essa dificuldade muito grande e os médicos estão entendendo que isso vai trazer consequências e eles não querem responsabilizar-se, os médicos estão achando que o melhor é não fazerem mais esse tipo de cirurgia no município.

A minha preocupação com isso é fazer essa indicação solicitando ao governo que tome alguma providência urgente no sentido de resolver esse problema. E logo em seguida, sr. presidente, há também um pedido de informação no mesmo sentido, que pede informação sobre o que será feito com relação ao centro cirúrgico daquele hospital que está instalado lá em Joinville.

São coisas que nós precisamos saber para poder dar uma satisfação à sociedade joinvilense.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A indicação de v.exa. terá o tratamento previsto no Regimento Interno.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Tribunal de Justiça e ao diretor do Fórum da Comarca de São José, cumprimentando-os pela instalação da 2ª Vara Criminal no município de São José.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina, Facisc, cumprimentando-o pela posse da nova diretoria.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Associação Regional de Engenheiros e Arquitetos do vale do rio Tubarão, cumprimentando-o pela inauguração da galeria dos ex-presidentes.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Ada De Luca, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos estudantes Elisete Turatti, Francisco Könie Neto e Manoela Boianovsky da Costa, cumprimentando-os pelos trabalhos selecionados para representar Santa Catarina no concurso de Trabalhos Escritos e Desenhos, em comemoração ao Dia Mundial de Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Ada De Luca, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos desembargadores Jaime Ramos, Alexandre D'Ivanenko, Newton Janke, Lédio Rosa de Andrade, Moacyr de Moraes Lima Filho, Jorge Henrique Schaefer Martins, Marli Mosimann Vargas, Sérgio Izidoro Heil e José Carlos Cartens Kohler, cumprimentando-os por sua posse no Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao deputado João Henrique Blasi, cumprimentando-o pela sua recomendação pela OAB/SC para compor a lista sextupla de indicação à vaga de desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jandir Bellini, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos desembargadores Sérgio Izidoro Heil e Marli Mosimann Vargas, cumprimentando-os por sua posse no Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao patrão geral do CTG Cidade Azul, cumprimentando-o pela realização 13º Rodeio Crioulo Nacional.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao jornalista Henrique Bueno, responsável pela *Magazine Revista*, cumprimentando-o pela veiculação da nova edição.

A Presidência defere de plano.

Moção de autoria do deputado Rogério Mendonça, a ser enviada ao presidente do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, solicitando a alteração do Código Florestal, com o intuito de prever que a preservação permanente de florestas e demais vegetações naturais sejam avaliadas segundo suas peculiaridades regionais.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queria discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Pedro Uczaj, a ser enviada aos juizes da 1ª e 5ª Varas da Justiça do Trabalho da Comarca de Joinville, solicitando a reintegração de dirigentes sindicais das empresas Marcegaglia do Brasil e Fundação Curitiba aos seus postos de trabalho, manifestando apoio à luta dos trabalhadores metalúrgicos de Garuva e Itapoá.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queria discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação de autoria da deputada Odete de Jesus, a ser enviado ao secretário da Educação, solicitando informações sobre a Política Estadual de Capacitação dos Servidores Públicos Estaduais.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queria discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, a ser enviado ao governador e aos secretários de estado da Administração, da Fazenda, da Saúde, da Educação e da Articulação Estadual, solicitando informações sobre os contratos celebrados pelo governo do estado para prestação de serviços em tecnologia da informação, nos últimos cinco anos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queria discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

A Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convida todos os parlamentares para participarem da posse dos novos desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina e convoca outra, ordinária, para amanhã, às 9h.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 213, de 05/11/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *de acordo com o artigo 23 da Resolução nº 09/2006, deste Poder,*

Art. 1º Aprovar as indicações dos Senhores Parlamentares, conforme nominata integrante deste Ato, dos homenageados na sessão

solene de outorga das "Medalhas de Mérito Poder Legislativo Catarinense, Castorina Lobo de São Thiago, Vida Amábilis, Desportista Catarinense, Maurício Sirotsky Sobrinho, Dom José Gomes, do Contestado e Crispim Mira", à realizar-se no Plenário Deputado Osni Régis, no dia 05 de novembro de 2007, às 19 horas.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Rogério Mendonça - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

ATUALIZADO EM 31/10

SESSÃO SOLENE DE OUTORGA DE MEDALHA AO MÉRITO 05/11/2007

DEPUTADOS ESTADUAIS	HOMENAGEADO	MEDALHA
1. Ada De Luca	Ivete Áppel	Poder Legislativo Catarinense
2. Altair Guidi	Ruy Hülse	Poder Legislativo Catarinense
3. Ana Paula Lima	Hospital Santa Isabel Rep: Irmã Analuiza Schmitz - Diretora Geral	Poder Legislativo Catarinense
4. Antônio Aguiar	Fernando Tokarski	Contestado
5. Cesar Souza Júnior	Valdir Dutra	Poder Legislativo Catarinense
6. Clésio Salvaro	Dinis Benedet Gaidzinski	Poder Legislativo Catarinense
7. Dagomar Carneiro	Norma H. Archer	Poder Legislativo Catarinense
8. Darci de Matos	Leodoro Fernandes da Silva	Poder Legislativo Catarinense
9. Décio Góes	Padre Manoel Odorico Francisco Rep: Joselito Pizetti	Vida Amábilis
10. Dirceu Dresch	Cooperativa Central de Crédito Rural com interação Solidária - Cresol Rep: Genes da Fonseca Rosa	Dom José Gomes
11. Edson Piriquito	Flávio Padaratz (Teco Padaratz) Rep: Charles Padaratz - irmão	Desportista Catarinense
12. Elizeu Mattos	Manoel Correa	Crispim Mira
13. Gelson Merisio	Diva Maria Fávero	Vida Amábilis
14. Genésio Goulart	Eduardo Silvério Nunes	Poder Legislativo Catarinense
15. Gilmar Knaesel	NÃO INDICARÁ	NÃO INDICARÁ
16. Herneus de Nadal	Rede Feminina de Combate ao Câncer - Regional de Palmitos Rep: Josmari Knapp	Vida Amábilis
17. Jailson Lima	Hospital Miguel Couto	Vida Amábilis
18. Jandir Bellini	Augusto Dalcoquio Neto	Poder Legislativo Catarinense
19. Jean Kuhlmann	NÃO INDICARÁ	NÃO INDICARÁ
20. João Henrique Blasi	Irmã Maria Heerd	Vida Amábilis
21. Joares Ponticelli	Francisco Novelletto Neto	Poder Legislativo Catarinense
22. Jorginho Mello	Luiz Carlos Prates dos Santos	Crispim Mira
23. José Natal Pereira	Instituto Nutrir Rep: Jairo Afonso Henkes - Presidente e Rosana Bicas - Diretora	Poder Legislativo Catarinense
24. Julio Garcia	ACIC - Associação Catarinense para Integração do Cego Rep: Adilson Ventura	Dom José Gomes
25. Kennedy Nunes	Cesino Bernardino Rep: Reuel Abreu Bernardino - Filho	Poder Legislativo Catarinense
26. Luiz Eduardo Cherem	NÃO INDICARÁ	NÃO INDICARÁ
27. Manoel Mota	Rede Feminina de Combate ao Câncer de Araranguá Rep: Nilza Pereira Renaldo	Vida Amábilis
28. Marcos Vieira	ADJORI - Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina Rep: Miguel Ângelo Gobbi	Poder Legislativo Catarinense
29. Moacir Sopelsa	Avelino Bragagnolo	Poder Legislativo Catarinense
30. Narcizo Parisotto	Amilton Martins Lisboa	Crispim Mira
31. Nilson Gonçalves	Isamara Morgado Santini Canto	Dom José Gomes
32. Odete de Jesus	Valmor Raimundo Machado	Maurício Sirotsky Sobrinho
33. Onofre Agostini	Rádio Coroado AM Rep: Frei Lindolfo Jasper - Presidente	Poder Legislativo Catarinense
34. Padre Pedro Baldissera	Luci Teresinha Koswoski Choinacki	Dom José Gomes
35. Pedro Uczai	Pe. Adair Mario Luiz Tedesco	Dom José Gomes
36. Professor Grando	Daisaku Ikeda Rep: Eron Pintter Pizzolatti - vice representante de SC da BSGI	Vida Amábilis
37. Renato Hinnig	Jonas Edison da Silva	Vida Amábilis
38. Reno Caramori	Victor Baptista Adami in memoriam Rep: Vanira Tereza Gomes Adami - esposa	Poder Legislativo Catarinense
39. Rogério Mendonça	Hospital Bom Jesus	Vida Amábilis
40. Romildo Titon	Irmã Raquel Travessini	Poder Legislativo Catarinense
41. Ronaldo Benedet	Associação Beneficente da Indústria Carbonífera de Santa Catarina - SATC Rep: Ruy Hülse - Diretor Executivo	Poder Legislativo Catarinense
42. Sargento Amauri Soares	Edileuza Garcia Fortuna	Contestado
43. Serafim Venzon	Marcos Alberto von Bahten	Contestado

44.	Silvio Dreveck	Sociedade Literária São Bento Rep: Marcos Roberto Schneide - Presidente	Poder Legislativo Catarinense
45.	Valmir Comin	Lício Silva Rep: Luiz Heraldo da Silva - radialista amigo	Crispim Mira

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 214, 05/11/2007

Implanta e regulamenta o Sistema de Registro de Preços - SRP no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a implantação do Sistema de Registro de Preços - SRP, para a aquisição de bens e serviços comuns da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, nos termos do inciso II, do art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 2º O Registro de Preços será precedido de Licitação, nas modalidades de Concorrência ou Pregão, nos termos das Leis Federais nº 8.666, de 1993 e nº 10.520, de 2002, respectivamente, observado o disposto no Decreto Federal nº 3.931, de 2001.

Art. 3º A Coordenadoria de Recursos Materiais Assembléia Legislativa, com base no quantitativo dos bens ou serviços utilizados pelos diversos setores da ALESC, procederá ao levantamento da quantidade máxima estimada dos itens a serem adquiridos.

Parágrafo único. O levantamento previsto neste artigo será supervisionado pelo Diretor Administrativo e Tecnológico e aprovado pelo Diretor Geral.

Art. 4º Compete a Coordenadoria de Recursos Materiais, sob a orientação do Coordenador de Licitações, atuar como órgão gerenciador para a operacionalização do SRP.

Art. 5º A Coordenadoria de Recursos Materiais elaborará a devida planilha de custos, precedida de ampla pesquisa de mercado.

Parágrafo único. Na planilha de custos deverá constar a quantidade máxima estimada dos bens e serviços a serem eventualmente adquiridos, o preço médio unitário e o preço global de cada item.

Art. 6º O prazo de validade da Ata de Registro de Preços, decorrente dos procedimentos do SRP, não poderá ser superior a um ano.

Parágrafo único. Excepcionalmente será admitida a prorrogação da Ata de Registro de Preços, nos termos do § 4º do art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa.

Art. 7º A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, nos termos do art. 65 da Lei 8.666, de 1993.

Art. 8º O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 1º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 2º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, somente se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

Art. 9º Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

Art. 10 Dentro do período de validade da Ata de Registro de Preços, obrigatoriamente, antes da aquisição de quaisquer bens pelo SRP, o órgão gerenciador realizará nova pesquisa de mercado para avaliar e evidenciar a conveniência ou não da compra por intermédio desse sistema.

Parágrafo único. Constatada a não conveniência, proceder-se-á licitação específica, observado o seguinte:

I - se o preço ofertado na proposta vencedora for inferior ao registrado na Ata para o mesmo produto, a Assembléia Legislativa contratará a vencedora;

II - se o preço for igual ou superior ao da Ata, a licitação será revogada e a Assembléia Legislativa contratará a empresa que apresentar o menor preço naquela registrada.

Art. 11 O preço registrado e a indicação dos respectivos fornecedores serão publicados trimestralmente, no Diário da Assembléia Legislativa e disponibilizado em meio eletrônico pela Coordenadoria de Licitações.

Art. 12 A existência de preços registrados não obriga a Assembléia Legislativa a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao fornecedor constante do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Art. 13. O fornecedor terá seu registro consignado na Ata cancelado ou suspenso nos casos de:

I - descumprimento das condições da Ata de Registro de Preços;

II - não retirada da respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitação de reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; e

IV - em razão de interesse público.

§ 1º O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

Art. 14 Os contratos decorrentes do SRP seguirão o modelo padrão, constante do Anexo Único, elaborado pela Coordenadoria de Licitações e serão adequados a cada objeto específico, tendo sua vigência conforme as disposições contidas nos respectivos instrumentos convocatórios e contratos decorrentes, obedecido o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/93.

Art. 15 Durante sua vigência e mediante prévia autorização da Assembléia Legislativa, a Ata de Registro de Preço poderá ser utilizada por qualquer outro órgão ou entidade da Administração Pública.

§ 1º Os órgãos e entidades que desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços deverão manifestar seu interesse à Assembléia Legislativa, podendo obter, dentro das formalidades legais, autorização e indicação dos possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados.

§ 2º Desde que devidamente autorizada, a Assembléia Legislativa também poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preço de outros órgãos ou entidades da Administração Pública.

Art. 16 Este Ato da Mesa em vigor na data de sua publicação.

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Rogério Mendonça - Secretário

Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 215, de 05/11/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

ALTERAR a composição da Comissão Especial para julgamento das monografias inéditas sobre o tema "Poder Legislativo e seus diversos aspectos", apresentadas ao concurso PRÊMIO ESCOLA DO LEGISLATIVO, constante do Ato da Mesa nº 208, de 17 de outubro de 2007, que será composta pelos seguintes servidores: Elizabete Olinda Guerra, matrícula n.º 2114; Noeli Terezinha Livi, matrícula n.º 0961; Adelfio Machado dos Santos, matrícula n.º 1822; e Clovis Nelson Pires da Silva, matrícula n.º 2003.

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Rogério Mendonça - Secretário

Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 216, de 05/11/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fulcro no artigo 38, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,*

DESIGNAR EM SUBSTITUIÇÃO a servidora **IRACEMA VERGINIA MARTINS**, matrícula nº 1463, pertencente ao Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, para exercer função de Chefe da Secao de Atendimento ao Plano de Saude, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, JOSE CARLOS CARVALHO COOK, por gozo de férias, no período compreendido entre 1º de outubro a 29 de novembro de 2007 (Diretoria de Recursos Humanos).

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Rogério Mendonça - Secretário

Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 217, de 05/11/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, nos termos do artigo 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006, alterada pela Resolução nº 04, de 31 de janeiro de 2006 e c/c o artigo 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora MARIA MARCON CORREA, matrícula nº 2573, pertencente ao Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa para exercer função de Chefia da Seção de Desenvolvimento Organizacional, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança (Diretoria Geral).

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de novembro de 2007.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Rogério Mendonça - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 218, de 05/11/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, nos termos do artigo 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006, alterada pela Resolução nº 04, de 31 de janeiro de 2006 e c/c o artigo 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora RITA AMALIA MACEDO GIOMBELLI, matrícula nº 1927, pertencente ao Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa para exercer função de Chefia da Seção de Secretaria, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança (Diretoria Geral).

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de novembro de 2007.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Rogério Mendonça - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 219, 05/11/2007

Altera o Quadro de Detalhamento de Despesa do Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo nos incisos XVIII e XIX e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º Fica anulado parcialmente na importância de R\$100.000,00 (cem mil reais), na fonte de recursos 0100, nas atividades abaixo discriminadas, os seguintes elementos de despesa:

0100 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO		0101 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO	
Atividade	8781		
Elemento	339031	R\$	2.000,00
Elemento	339035	R\$	10.000,00
Elemento	339039	R\$	25.000,00
Elemento	449052	R\$	38.000,00
Sub-total		R\$	75.000,00
Atividade	8790		
Elemento	339030	R\$	5.000,00
Elemento	339031	R\$	5.000,00
Elemento	339032	R\$	5.000,00
Elemento	339037	R\$	10.000,00
Sub-total		R\$	25.000,00
Total		R\$	100.000,00

Art. 2º Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica suplementado nas atividades abaixo discriminadas, os seguintes elementos de despesa:

0100 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO		0101 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO	
Atividade	8781		
Elemento	339030	R\$	34.000,00
Elemento	339036	R\$	41.000,00
Sub-total		R\$	75.000,00
Atividade	8790		
Elemento	339039	R\$	25.000,00
Sub-total		R\$	25.000,00
Total		R\$	100.000,00

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Rogério Mendonça - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 220, de 05/11/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1800/07,

RESOLVE: *de acordo com o artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003,*

CONCEDER APOSENTADORIA voluntária por tempo de contribuição ao servidor **MARIO AUGUSTO LAUS**, matrícula nº 0469, no cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-45, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, com os proventos integrais.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Rogério Mendonça - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 221, de 05/11/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *de acordo com os artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,*

NOMEAR o servidor **FABIO DE MAGALHÃES FURLAN**, matrícula nº 1936, ocupante do cargo de Consultor Legislativo I, código PL/ASI-57, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, para exercer, em comissão, o cargo de Procurador-Geral, código PL/DAS-8, a partir de 15 de outubro de 2007 (Procuradoria).

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
Deputado Rogério Mendonça - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AVISOS DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos Interessados que fará realizar no dia 14 de novembro de 2007, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - n.º 037/2007, destinado a **AQUISIÇÃO DE 01 (UM) CARRO ELEVADOR PARA CADEIRAS DE RODAS**, conforme especificações do Edital. Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até às 10:00 h do dia 14 de novembro de 2007.

O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 035 no Anexo da ALESC e na página da ALESC na internet (www.alesc.sc.gov.br). Florianópolis, 1º de novembro de 2007.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações
*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que fará realizar no dia 19 de novembro de 2007, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - n.º 038/2007, destinado a **Aquisição de suprimentos (cartuchos de toner e cilindros) para as impressoras da marca Brother nos modelos MFC 8820D, 8840D e 8860D**, conforme especificações do Edital. Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até às 14:00 h do dia 19 de novembro de 2007.

O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 035 no Anexo da ALESC e na página da ALESC na internet (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 1º de novembro de 2007.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações
*** X X X ***

DECRETOS LEGISLATIVOS

Faço saber que a Assembléia Legislativa aprovou, nos termos do art. 51, § 1º, da Constituição do Estado, combinado com o art. 313 do Regimento Interno e eu, Deputado Julio Garcia, Presidente, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N. 18.280, de 2007

Disciplina as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 136, de 2007.

Art. 1º As relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante a vigência da Medida Provisória nº 136, de 9 de julho de 2007, conservar-se-ão por ela regidas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 05 de novembro de 2007.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Rogério Mendonça - 1º Secretário
Deputado Dagomar Carneiro - 3º Secretário

*** X X X ***

Faço saber que a Assembléia Legislativa aprovou, nos termos do art. 40, inciso XIII, da Constituição do Estado e do art. 61, inciso X, do Regimento Interno e eu, Deputado Julio Garcia, Presidente, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 18.281, de 2007

Altera a redação do art. 1º do Decreto Legislativo nº 18.276, de 29 de maio de 2007.

Art. 1º O art. 1º do Decreto Legislativo nº 18.276, de 29 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica suspensa a execução do § 1º do art. 129 da Lei nº 170, de 20 de outubro de 1983, com redação da Lei Complementar nº 47, de 17 de dezembro de 1997, e do art. 15 da Lei nº 2.826, de 26 de novembro de 1987, alterado pelo art. 6º da Lei Complementar nº 20, de 15 de dezembro de 1993, todas do Município de Chapecó, em razão da declaração de inconstitucionalidade proferida pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina nos autos da Arguição de Inconstitucionalidade em Apelação Cível em Mandado de Segurança nº 1998.009406-2, observada a retificação do acórdão, por erro material."

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 05 de novembro de 2007.

Deputado Júlio Garcia - Presidente - Presidente

Deputado Rogério Mendonça - 1º Secretário

Deputado Dagomar Carneiro - 3º Secretário

*** X X X ***

LEI

LEI Nº 14.192, de 5 de novembro de 2007

Dispõe sobre a doação de árvore nativa a cada bebê nascido em maternidade mantida pelo Poder Público no Estado de Santa Catarina.

Eu, Deputado Julio Garcia, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, de acordo com o disposto no art. 54, § 7º, da Constituição do Estado e do art. 304, § 1º do Regimento Interno, promulgo a presente Lei:

Art. 1º O Governo do Estado doará, através da Epagri, uma muda de árvore nativa a cada bebê nascido em maternidade mantida pelo Poder Público Estadual.

Art. 2º A muda doada deverá ser plantada pelos pais do bebê em terreno próprio, na falta deste, preferencialmente, em espaço público ou em áreas alternativas de plantio a serem indicadas pelo Corpo de Bombeiros.

Art. 3º A parturiente ao ter alta receberá uma muda de árvore nativa, com cartão de felicitações e informações sobre a planta, de qual espécie é, para que serve, como e onde deve ser plantada.

Art. 4º As áreas alternativas de plantio são espaços cedidos por empreendedores de novos loteamentos nas cidades, por indicação do Corpo de Bombeiros e por particulares que tem área de proteção permanente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 5 de novembro de 2007

Deputado Julio Garcia

Presidente

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 2260, de 31/10/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **LUIZ FERNANDO SILVY**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-35, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/11/07 (Deputado Cesar Souza Junior).

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

REPUBLICADA POR INCORREÇÃO

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2266, de 05/11/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *de acordo com o art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade c/a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR a servidora **SINARA LÚCIA VALAR DAL GRANDE**, matrícula nº 2169, para exercer a função de Pregoeira, e o servidor **HÉLIO ESTEFANO BECKER FILHO**, matrícula nº 1332, na função de Pregoeiro substituto no Pregão nº 037/2007 e para ocupar a equipe de apoio, os servidores: **ANTÔNIO HENRIQUE COSTA BULÇÃO VIANNA**, matrícula nº 1877, **BERNADETE ALBANI LEIRIA**, matrícula nº 1998, **VALTER EUCLIDES DAMASCO**, matrícula nº 0947 e **ADRIANA LAUTH GUALBERTO**, matrícula nº 0775, nos termos do Edital de Pregão nº 037/2007.

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2267, de 05/11/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *de acordo com o art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade c/a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR o servidor **VALTER EUCLIDES DAMASCO**, matrícula nº 0947, para exercer a função de Pregoeiro, e a servidora **BERNADETE ALBANI LEIRIA**, matrícula nº 1998, na função de Pregoeira substituta no Pregão nº 038/2007, e para ocupar a equipe de apoio, os servidores: **ANTÔNIO HENRIQUE COSTA BULÇÃO VIANNA**, matrícula nº 1877, **HÉLIO ESTEFANO BECKER FILHO**, matrícula nº 1332, **SINARA LÚCIA VALAR DAL GRANDE**, matrícula nº 2169 e **ADRIANA LAUTH GUALBERTO**, matrícula nº 0775, nos termos do Edital de Pregão nº 038/2007.

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2268, de 05/11/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **DAIANE APARECIDA DE SOUZA PISKE**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-11, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/11/07 (Deputado Nilson Gonçalves).

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2269, de 05/11/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **DANIELA MARIA DE ANDRADE SCHWERZ**, matrícula nº 5587, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-36, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/11/07 (Deputado Dirceu Dresch).

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2270, de 05/11/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **GUSTAVO MIROSKI**, matrícula nº 5165, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-64, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/11/07 (Deputado Cesar Souza Junior).

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2271, de 05/11/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **GUSTAVO MIROSKI**, matrícula nº 5165, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-67, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/11/07 (Deputado Cesar Souza Junior).

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2272, de 05/11/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **LUCIO CLAUDIO WILLEMANN ROGERIO**, matrícula nº 4934, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-65, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/11/07 (Deputado Genesio Goulart).

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2273, de 05/11/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,

NOMEAR **LUCIO CLAUDIO WILLEMANN ROGERIO**, matrícula nº 4934, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-68, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/11/07 (Deputado Genesio Goulart).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2274, de 05/11/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **EDSON DA SILVA JUNIOR**, matrícula nº 5034, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-20, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/11/07 (Deputado Genesio Goulart).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2275, de 05/11/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,

NOMEAR **EDSON DA SILVA JUNIOR**, matrícula nº 5034, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-24, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/11/07 (Deputado Genesio Goulart).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2276, de 05/11/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: LOTAR **MARIA MARCON CORREA**, matrícula nº 2573, na

Diretoria Geral.
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2277, de 05/11/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: de acordo com o artigo 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,

Atribuir aos servidores abaixo relacionados, **ADICIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**, no valor correspondente ao índice estabelecido no Anexo X, da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, conforme discriminado:

Nome Servidor	Matr	Processo nº	Nível	Vigência
Silvia Regina Silveira da Rosa	4633	1933/07	Especialização	09/10/2007
Marcelo Domingues	1921	1937/07	Especialização	09/10/2007
Mirian da Graças Herzmann Vieira	1295	1940/07	Especialização	09/10/2007
Eraldo Kfour	0617	1942/07	Especialização	09/10/2007
Nadia Regina Pereira	1534	1971/07	Especialização	10/10/2007
Vanoir Guarezi Zacaron	1394	1990/07	Especialização	11/10/2007
Vera Goulart de Souza	1547	2005/07	Especialização	15/10/2007
Eduardo Delvalhas dos Santos	4405	2008/07	Especialização	16/10/2007

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2278, de 05/11/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006, e, tendo em vista o que consta do Processo nº 1781/2007,

RESOLVE: nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18/04/91,

CONCEDER a **FRANCISCO JOÃO DA ROSA**, matrícula nº 1253, *Licenças-Prêmio* referente ao quinquênios compreendido entre 03/06/97 a 02/06/02 e de 03/06/02 a 02/06/07.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2279, de 05/11/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006, e, tendo em vista o que consta do Processo nº 1928/2007,

RESOLVE: nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18/04/91,

CONCEDER a **IVETE TEREZINHA ROMANI C. TAVARES**, matrícula nº 1354, *Licenças-Prêmio* referente ao quinquênios compreendido entre 03/07/97 a 02/07/02 e 03/07/02 a 02/07/07.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2280, de 05/11/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006, e, tendo em vista o que consta do Processo nº 2010/2007,

RESOLVE: nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18/04/91,

CONCEDER a **GABRIEL BARBATO**, matrícula nº 1203, *Licença-Prêmio* referente ao quinquênio compreendido entre 03/04/97 a 31/10/99, de 31/05/00 a 02/04/01 e de 26/11/02 a 27/06/04.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2281, de 05/11/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: **CONCEDER**, nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com o artigo 2º, §1º, da Lei Complementar nº 36 de 18 de abril de 1991, **LICENÇA-PRÊMIO**, aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo		Processo nº
		Quinquênio		
0717	CECÍLIA BIESDORF THIESEN	02/03/02	01/03/07	1759/2007
1243	EDSON LUIZ DA SILVA AMORIM	03/06/02	02/06/07	1830/2007
1529	MARIA DA GRAÇA CARDOSO	03/08/02	02/08/07	1865/2007
1154	CRISTINA LOPES DOS REIS	09/04/02	08/04/07	1868/2007
1510	ESTELA MARIS ROSSINI	03/08/02	17/09/07	1880/2007
0707	ALBERTO MAGNO PALADINI	12/02/02	11/02/07	1931/2007
1137	CLARICE ROSA KUHLE	16/02/02	15/02/07	1956/2007
1152	JANDIRA LEONILDA MENEZES	17/02/02	16/02/07	1996/2007
1556	ANTÔNIO CARLOS VIEIRA JUNIOR	03/08/02	02/08/07	2011/2007
0641	TULIO CESAR MAFRA	07/07/01	06/07/06	2029/2007
0485	CLAUDIO LUIZ SEBEN	01/09/00	31/08/05	2042/2007
0286	WALTER DA LUZ	13/03/01	12/03/06	2043/2007

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: **PORTARIA Nº 2282, de 05/11/2007** - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a **JOÃO JOAQUIM OLIVEIRA**, matrícula nº 1642, por 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 20/10/07.

PORTARIA Nº 2283, de 05/11/2007 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **IZABEL SONEGO**, matrícula nº 1462, por 30 (trinta) dias, a partir de 25/10/07.

PORTARIA Nº 2284, de 05/11/2007 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a **RUBENS MANOEL JUSTINO**, matrícula nº 1838, por 90 (noventa) dias, a partir de 29/10/07.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2285, de 05/11/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: Nos termos do artigo 5º, § único da Lei Complementar nº 36 de 18/04/91, os servidores abaixo relacionados passam a perceber o *Adicional por Tempo de Serviço* sobre seus vencimentos, com vigência e no percentual conforme discriminado:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Rangel Loch	3519	3%	3%	01/09/06	1638/07
Rangel Loch	3519	3%	6%	07/10/06	1638/07
Rodrigo Pilatti da Silva	4467	3%	3%	30/06/07	1919/07
Idelvino Luiz Furlanetto	2551	15%	15%	01/09/07	1955/07
Waldo Luiz Gelosa Filho	4249	3%	3%	30/04/06	1973/07
Daniilo Barcellos Coutinho	4006	3%	15%	11/10/07	2028/07
Marli Chioffi	4226	3%	3%	28/02/06	1917/07

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.
006/2007**

Altera a redação do art. 1º do Decreto Legislativo nº 18.276, de 29 de maio de 2007.

Art. 1º O art. 1º do Decreto Legislativo nº 18.276, de 29 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica suspensa a execução do § 1º do art. 129 da Lei nº 170, de 20 de outubro de 1983, com redação da Lei Complementar nº 47, de 17 de dezembro de 1997, e do art. 15 da Lei nº 2.826, de 26 de novembro de 1987, alterado pelo art. 6º da Lei Complementar nº 20, de 15 de dezembro de 1993, todas do Município de Chapecó, em razão da declaração de inconstitucionalidade proferida pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina nos autos da Arguição de Inconstitucionalidade em Apelação Cível em Mandado de Segurança nº 1998.009406-2, observada a retificação do acórdão, por erro material”.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 31 de outubro de 2007
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.
007/2007**

Disciplina as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 136, de 2007.

Art. 1º As relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante a vigência da Medida Provisória nº 136, de 9 de julho de 2007, conservar-se-ão por ela regidas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 31 de outubro de 2007.

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

**EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI N.
0194.4/2007**

Substitua-se integralmente a epígrafa da proposição, pela seguinte redação:

Dispõe sobre o registro de empresas para execução do transporte rodoviário intermunicipal de passageiros e estabelece nova redação ao art. 4º da Lei nº 5.684, de 9 de maio de 1980.

Art. 1º O serviço de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros somente será delegado a empresas registradas no Departamento de Transportes e Terminais - DETER, observado o seguinte:

I - a transportadora que tiver por finalidade o transporte contínuo por meio de linhas regulares, incluído o serviço de caráter social ou emergencial, o transporte sob regime de fretamento e a realização de viagens especiais ou viagens sem caráter de linha deverá requerer ao DETER o Registro Tipo A;

II - a transportadora que tiver por finalidade o transporte contínuo através de linhas de caráter social ou emergencial deverá requerer ao DETER o Registro Tipo B;

III - a transportadora que tiver por finalidade somente o transporte sob regime de fretamento e a realização de viagens especiais ou viagens sem caráter de linha deverá requerer junto ao DETER o Registro Tipo C.

Art. 2º A documentação necessária para o registro de que trata o artigo anterior, bem como a exigida para as renovações anuais, será definida por Decreto do Chefe do Poder Executivo, observado, no mínimo, o seguinte:

I - comprovação de propriedade de ônibus ou microônibus adequados aos serviços, nas seguintes quantidades mínimas e idades máximas:

- a) Registro Tipo A: 2 (dois) veículos de até 15 (quinze) anos;
b) Registro Tipo B: 1 (um) veículo de até 25 (vinte e cinco) anos;

- c) Registro Tipo C: 1 (um) veículo de até 15 (quinze) anos;

II - comprovação de que os veículos com idade superior a 10 (dez) anos tenham condições de segurança, mediante a apresentação do respectivo certificado de inspeção veicular emitido por entidade credenciada;

III - comprovação de que o capital social da empresa, expresso em Coeficientes Tarifários do Serviço Rodoviário do Piso I, seja no mínimo de:

- a) 500.000 (quinhentos mil) CT, para o Registro Tipo A e C;
b) 250.000 (duzentos e cinquenta mil) CT, para o Registro

Tipo B.

Art. 3º O art. 4º da Lei nº 5.684, de 09 de maio de 1980, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º É livre a alteração, o cancelamento e a implantação de horários nas linhas e serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, desde que comunicado com antecedência mínima de dez dias ao Departamento de Transportes e Terminais - DETER, para fins de registro.

§ 1º No caso de o trecho ser operado por mais de uma transportadora, o comunicado deve estar acompanhado de instrumento de acordo entre as operadoras.

§ 2º Não havendo acordo entre as operadoras, as modificações de horário dependerão de prévia autorização do DETER, que poderá estabelecer faixas horárias.

§ 3º A modificação de horários não desobriga a transportadora de observar a frequência mínima e de realizar ampla divulgação aos usuários, conforme previsto em regulamento”. (NR)

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 24/10/07

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 24/10/07

A emenda substitutiva global justifica-se por consolidar a proposta legislativa formulada pelo Deputado Jorginho Mello e avançar com as inclusões normativas referenciadas no Ofício nº 152/2005, do Departamento de Transporte e Terminais - DETER, que mostrou-se favorável ao projeto.

Conforme registra o mencionado expediente, as inovações objetivam melhoria e aperfeiçoamento imediato no sistema, enquanto estiver sendo desenvolvido o novo modelo e a nova legislação atinente ao transporte intermunicipal de passageiros.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 194/07

Dispõe sobre o registro de empresas para execução do transporte rodoviário intermunicipal de passageiros e estabelece nova redação ao art. 4º da Lei nº 5.684, de 1980.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O serviço de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros somente será delegado a empresas registradas no Departamento de Transportes e Terminais - DETER, observado o seguinte:

I - a transportadora que tiver por finalidade o transporte contínuo por meio de linhas regulares, incluído o serviço de caráter social ou emergencial, o transporte sob regime de fretamento e a realização de viagens especiais ou viagens sem caráter de linha deverá requerer ao DETER o Registro Tipo A;

II - a transportadora que tiver por finalidade o transporte contínuo através de linhas de caráter social ou emergencial deverá requerer ao DETER o Registro Tipo B;

III - a transportadora que tiver por finalidade somente o transporte sob regime de fretamento e a realização de viagens especiais ou viagens sem caráter de linha deverá requerer junto ao DETER o Registro Tipo C.

Art. 2º A documentação necessária para o registro de que trata o artigo anterior, bem como a exigida para as renovações anuais, será definida por Decreto do Chefe do Poder Executivo, observado, no mínimo, o seguinte:

I - comprovação de propriedade de ônibus ou microônibus adequados aos serviços, nas seguintes quantidades mínimas e idades máximas:

- a) Registro Tipo A: 2 (dois) veículos de até 15 (quinze) anos;
b) Registro Tipo B: 1 (um) veículo de até 25 (vinte e cinco) anos;

- c) Registro Tipo C: 1 (um) veículo de até 15 (quinze) anos;

II - comprovação de que os veículos com idade superior a 10 (dez) anos tenham condições de segurança, mediante a apresentação do respectivo certificado de inspeção veicular emitido por entidade credenciada;

III - comprovação de que o capital social da empresa, expresso em Coeficientes Tarifários do Serviço Rodoviário do Piso I, seja no mínimo de:

- a) 500.000 (quinhentos mil) CT, para o Registro Tipo A e C;
b) 250.000 (duzentos e cinquenta mil) CT, para o Registro

Tipo B.

Parágrafo único. Na operação do transporte realizado por empresas com Registro Tipo A ou C, a utilização de veículos com mais de 15 (quinze) anos de fabricação não poderá ultrapassar a 20% (vinte por cento) da frota, não sendo admitido, em qualquer hipótese, a utilização de veículos com mais de 25 (vinte e cinco) anos.

Art. 3º O art. 4º da Lei nº 5.684, de 9 de maio de 1980, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º É livre a alteração, o cancelamento e a implantação de horários nas linhas e serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, desde que comunicado com antecedência mínima de dez dias ao Departamento de Transportes e Terminais - DETER, para fins de registro.

§ 1º No caso de o trecho ser operado por mais de uma transportadora, o comunicado deve estar acompanhado de instrumento de acordo entre as operadoras.

§ 2º Não havendo acordo entre as operadoras, as modificações de horário dependerão de prévia autorização do DETER, que poderá estabelecer faixas horárias.

§ 3º A modificação de horários não desobriga a transportadora de observar a frequência mínima e de realizar ampla divulgação aos usuários, conforme previsto em regulamento.

§ 4º As linhas e serviços classificados como serviço urbano não sofrem e não produzem concorrência às linhas classificadas como serviço rodoviário, sendo admitida a alteração, o cancelamento e a implantação de horários, desde que mantida a frequência mínima.” (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 30 de outubro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 281/07

Autoriza a aquisição de imóveis no Município de Capivari de Baixo.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação do Município de Capivari de Baixo, dois imóveis com áreas iguais de um mil, trezentos e doze metros e cinquenta decímetros quadrados, totalizando dois mil seiscentos e vinte e cinco metros quadrados, a serem desmembradas de uma área maior, matriculada sob o nº 14.144 no 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Tubarão.

Art. 2º A aquisição do imóvel de que trata esta Lei tem por finalidade a instalação de Quartel de Bombeiros Militar no Município de Capivari de Baixo, tendo sido sua doação autorizada pela Lei municipal nº 1065, de 09 de agosto de 2006.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Geral do Estado - Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

Art. 4º O Estado será representado no ato de transmissão da propriedade pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 31 de outubro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 288/07

Autoriza a aquisição de imóveis no Município de Laguna.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação da DIMARCO - Distribuidora de Materiais de Construção LTDA, pessoa jurídica de direito privado, no Município de Laguna, bairro Esperança, loteamento Santo Antônio dos Anjos da Laguna, os seguintes imóveis:

I - lote seis da quadra “A”, com área de trezentos e setenta metros e cinquenta e cinco decímetros quadrados, matriculado sob o nº 27.744 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Laguna;

II - lote oito da quadra “A”, com área de trezentos e cinquenta e cinco metros e noventa e seis decímetros quadrados, matriculado sob o nº 27.745 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Laguna; e

III - lote dez da quadra “A”, com área de trezentos e quarenta metros e um decímetro quadrado, matriculado sob o nº 27.746 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Laguna.

Art. 2º A aquisição de que trata esta Lei destina-se exclusivamente à instalação do Quartel do Corpo de Bombeiros de Laguna.

Parágrafo único. A aquisição do imóvel fica condicionada à realização da obra mencionada, que deverá iniciar no prazo de dois anos, a contar da data da escrituração dos imóveis.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão à conta do Orçamento Geral do Estado - Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.

Art. 4º O Estado será representado no ato de transmissão da propriedade pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 31 de outubro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 290/07

Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Otacílio Costa.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação do Município de Otacílio Costa, um terreno com sete mil, seiscentos e oitenta metros quadrados, com benfeitorias, a ser desmembrado de uma área maior, matriculada sob o nº 10.103 no 3º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Lages.

Art. 2º A aquisição de que trata esta Lei tem por finalidade a regularização da ocupação do imóvel pela 2ª Companhia do 6º Batalhão da Polícia Militar, tendo sido sua doação autorizada pela Lei municipal nº 1.458, de 19 de maio de 2004, alterada pela Lei municipal nº 1.608, de 13 de junho de 2006.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Geral do Estado - Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

Art. 4º O Estado será representado no ato de transmissão da propriedade pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 31 de outubro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI N. 424.0/2007

O Projeto de Lei nº 0424.0/2007 passa a ter a seguinte redação:

“Altera dispositivos da Lei nº 13.993, de 2007, que dispõe sobre a Consolidação das Divisas Intermunicipais do Estado de Santa Catarina e adota outras providências correlatas.”

Art. 1º Fica alterada a descrição dos limites dos Municípios de Botuverá, Nova Trento e Vidal Ramos, constantes do Anexo I - Memorial Descritivo, da Lei nº 13.993, de 20 de março de 2007.

“ANEXO I

BOTUVERÁ

As divisas intermunicipais do município de Botuverá, representadas no Anexo XXIX, integrante desta Lei, são:

A -

E - Com o município de NOVA TRENTO:

Inicia no divisor de águas entre o ribeirão Criminoso e o rio do Cedro (c.g.a. lat. 27º15'20”S, long. 49º01'23”W), segue pelo divisor de águas da serra do Tijucas até encontrar a nascente do ribeirão Perau (c.g.a. lat. 27º18'28”S, long. 49º13'19”W).

F - Com o município de VIDAL RAMOS:

Inicia na serra do Tijucas, na nascente do ribeirão Perau (c.g.a. lat. 27º18'28”S, long. 49º13'19”W), desce por este até sua foz no rio da Areia (c.g.a. lat. 27º16'50”S, long. 49º14'54”W); desce por este até sua foz no rio Itajaí-Mirim.

.....

NOVA TRENTO

As divisas intermunicipais do município de Nova Trento, representadas no Anexo XXIX, integrante desta Lei, são:

A - Com o município de BOTUVERÁ:

Inicia na nascente do ribeirão Perau (coordenada geográfica aproximada - c.g.a. lat. 27º18'28”S, long. 49º13'19”W), na serra do Tijucas, segue pelo divisor de águas desta serra até encontrar o divisor de águas entre o ribeirão Criminoso e o rio do Cedro (c.g.a. lat. 27º15'20”S, long. 49º01'23”W).

.....

G - Com o município de VIDAL RAMOS:

Inicia no divisor de águas entre o ribeirão do Cinema e rios Capivaras e Alto Braço (c.g.a. lat. 27º19'11”S, long. 49º13'34”W), na serra do Tijucas, segue pelo divisor de águas entre o rio Capivaras e ribeirão do Cinema, até encontrar a nascente do ribeirão Perau (c.g.a. lat. 27º18'28”S, long. 49º13'19”W).

VIDAL RAMOS

As divisas intermunicipais do município de Vidal Ramos, representadas no Anexo XXXV, integrante desta Lei, são:

A -

B - Com o município de BOTUVERÁ:

Inicia no rio Itajaí-Mirim, na foz do rio da Areia, sobe por este até a foz do ribeirão Perau (c.g.a. lat. 27º16'50”S, long. 49º14'54”W); sobe por este até sua nascente (c.g.a. lat. 27º18'28”S, long. 49º13'19”W), na serra do Tijucas.

C - Com o município de NOVA TRENTO:

Inicia na serra do Tijucas, na nascente do ribeirão Perau (c.g.a. lat. 27º18'28”S, long. 49º13'19”W), segue pelo divisor de águas do ribeirão do Cinema e rio Capivaras, até encontrar o divisor de águas entre os rios Alto Braço e Capivaras, e ribeirão do Cinema (c.g.a. lat. 27º19'11”S, long. 49º13'34”W).

..... "

Art. 2º Os Anexos X, XII, XXVIII, XXIX, XXXV e XLIV da Lei nº 13.993, de 20 de março de 2007, alterada pela Lei nº 14.002, de 27 de abril de 2007, passam a vigorar conforme o disposto no Anexo Único desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,
Deputado Romildo Titon

APROVADO EM TURNO ÚNICO
Em Sessão de 31/10/07

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda Substitutiva Global tem o objetivo de adequar à proposta governamental a nova situação imposta pela juntada aos autos do Parecer Técnico nº 009/07, da Diretoria de Estatística, Geografia e Cartografia da Secretaria de Estado do Planejamento, dando conta da necessidade de corrigir a divisa entre os municípios de Botuverá, Nova Trento e Vidal Ramos.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 424/07

Altera dispositivos da Lei nº 13.993, de 2007, que dispõe sobre a Consolidação das Divisas Intermunicipais do Estado de Santa Catarina e adota outras providências correlatas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica alterada a descrição dos limites dos Municípios de Botuverá, Nova Trento e Vidal Ramos, constantes do Anexo I - Memorial Descritivo, da Lei nº 13.993, de 20 de março de 2007.

"ANEXO I BOTUVERÁ

As divisas intermunicipais do município de Botuverá, representadas no Anexo XXIX, integrante desta Lei, são:

A -

E - Com o município de NOVA TRENTO:

Inicia no divisor de águas entre o ribeirão Criminoso e o rio do Cedro (c.g.a. lat. 27º15'20"S, long. 49º01'23"W), segue pelo divisor de águas da serra do Tijucas até encontrar a nascente do ribeirão Perau (c.g.a. lat. 27º18'28"S, long. 49º13'19"W).

F - Com o município de VIDAL RAMOS:

Inicia na serra do Tijucas, na nascente do ribeirão Perau (c.g.a. lat. 27º18'28"S, long. 49º13'19"W), desce por este até sua foz no rio da Areia (c.g.a. lat. 27º16'50"S, long. 49º14'54"W); desce por este até sua foz no rio Itajaí-Mirim.

NOVA TRENTO

As divisas intermunicipais do município de Nova Trento, representadas no Anexo XXIX, integrante desta Lei, são:

A - Com o município de BOTUVERÁ:

Inicia na nascente do ribeirão Perau (coordenada geográfica aproximada - c.g.a. lat. 27º18'28"S, long. 49º13'19"W), na serra do Tijucas, segue pelo divisor de águas desta serra até encontrar o divisor de águas entre o ribeirão Criminoso e o rio do Cedro (c.g.a. lat. 27º15'20"S, long. 49º01'23"W).

G - Com o município de VIDAL RAMOS:

Inicia no divisor de águas entre o ribeirão do Cinema e rios Capivaras e Alto Braço (c.g.a. lat. 27º19'11"S, long. 49º13'34"W), na serra do Tijucas, segue pelo divisor de águas entre o rio Capivaras e ribeirão do Cinema, até encontrar a nascente do ribeirão Perau (c.g.a. lat. 27º18'28"S, long. 49º13'19"W).

VIDAL RAMOS

As divisas intermunicipais do município de Vidal Ramos, representadas no Anexo XXXV, integrante desta Lei, são:

A -

B - Com o município de BOTUVERÁ:

Inicia no rio Itajaí-Mirim, na foz do rio da Areia, sobe por este até a foz do ribeirão Perau (c.g.a. lat. 27º16'50"S, long. 49º14'54"W); sobe por este até sua nascente (c.g.a. lat. 27º18'28"S, long. 49º13'19"W), na serra do Tijucas.

C - Com o município de NOVA TRENTO:

Inicia na serra do Tijucas, na nascente do ribeirão Perau (c.g.a. lat. 27º18'28"S, long. 49º13'19"W), segue pelo divisor de águas do ribeirão do Cinema e rio Capivaras, até encontrar o divisor de águas entre os rios Alto Braço e Capivaras, e ribeirão do Cinema (c.g.a. lat. 27º19'11"S, long. 49º13'34"W).

..... "

Art. 2º Os Anexos X, XII, XXVIII, XXIX, XXXV e XLIV da Lei nº 13.993, de 20 de março de 2007, alterada pela Lei nº 14.002, de 27 de abril de 2007, passam a vigorar conforme o disposto no Anexo Único desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 31 de outubro de 2007
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N. PL/0444.3/2007

A Ementa e o art. 1º do Projeto de Lei nº PL/0444.3/2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de utilidade pública a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Presidente Getúlio.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Presidente Getúlio, com sede no Município de Presidente Getúlio."

Sala das Comissões, em

Deputado Kennedy Nunes

Relator

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 31/10/07

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 444/07

Declara de utilidade pública a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Presidente Getúlio.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Presidente Getúlio, com sede no Município de Presidente Getúlio.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 31 de outubro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 536/07

Autoriza a reversão de imóvel no Município de Joinville.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a reverter ao Município de Joinville o imóvel contendo a área de oito mil e vinte e três metros e sessenta decímetros quadrados, matriculado sob os nºs 22.366 e 25.896 no 3º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Joinville.

Art. 2º O imóvel referido nesta Lei foi adquirido por doação, por intermédio da Lei estadual nº 12.924, de 29 de janeiro de 2004, e deixou de atender a finalidade de sua aquisição, ficando desafetado da destinação originária.

Art. 3º O Estado será representado no ato de transmissão da propriedade pelo Secretário de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 31 de outubro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 040/2007

Institui o Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituído o Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, como órgão oficial de publicação e divulgação dos seus atos processuais e administrativos.

Parágrafo único. O Diário Oficial Eletrônico de que trata esta Lei Complementar substitui a versão impressa e será veiculado, sem custos, no site do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, no endereço www.tce.sc.gov.br, da rede mundial de computadores - Internet.

Art. 2º A publicação atenderá aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

Art. 3º Os arts. 16, 23, 37, 38, 46, 55, 77, 78, 80, 81 e 126 da Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 16. As decisões preliminar, definitiva e terminativa da Câmara ou do Plenário serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas. (NR)

.....

Art. 23.

§ 1º Dentro do prazo de cinco anos contados da publicação da decisão terminativa no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas, o Tribunal poderá, à vista de novos elementos que considere suficientes, autorizar o desarquivamento do processo e determinar que se ultime a respectiva prestação ou tomada de contas. (NR)

.....

Art. 37.

III - pela publicação da decisão no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas na forma prevista no Regimento Interno; e (NR)

IV - por edital publicado no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas quando o seu destinatário não for localizado. (NR)

Art. 38. A decisão definitiva será formalizada nos termos estabelecidos no Regimento Interno, cuja publicação no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas constituirá: (NR)

Art. 46

II - da publicação de edital no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas, quando, nos casos indicados no inciso anterior, o interessado não for localizado; e (NR)

III - nos demais casos, salvo disposição legal expressa em contrário, da publicação da decisão ou do acórdão no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas. (NR)

Art. 55. Do parecer prévio emitido sobre as contas prestadas pelo Prefeito cabe Pedido de Reapreciação formulado por ele no que diz respeito às contas do período de seu mandato, no prazo de quinze dias contados da publicação do parecer prévio no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas, e pela Câmara de Vereadores, no prazo de noventa dias contados do recebimento da prestação de contas acompanhada do parecer prévio do Tribunal. (NR)

Art. 77. Cabe Recurso de Reconsideração contra decisão em processo de prestação e tomada de contas, com efeito suspensivo, interposto uma só vez por escrito, pelo responsável, interessado ou pelo Ministério Público junto ao Tribunal, dentro do prazo de trinta dias contados da publicação da decisão no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas. (NR)

Art. 78.

§ 1º Os Embargos de Declaração serão opostos por escrito pelo responsável, interessado ou pelo Ministério Público junto ao Tribunal, dentro de dez dias contados a partir da publicação da decisão no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas. (NR)

Art. 80. O Recurso de Reexame com efeito suspensivo, poderá ser interposto uma só vez por escrito, pelo responsável, interessado, ou pelo Ministério Público junto ao Tribunal, dentro do prazo de trinta dias contados a partir da publicação da decisão no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas. (NR)

Art. 81. O Conselheiro do Tribunal de Contas poderá propor ao Tribunal Pleno Recurso de Reexame de decisão prolatada em qualquer processo, dentro do prazo de dois anos contados da publicação da última deliberação no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas. (NR)

Art. 126. As pautas e as atas das sessões do Tribunal Pleno ou das Câmaras serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas. (NR)

Art. 4º O Tribunal de Contas do Estado regulamentará a implantação do Diário Oficial Eletrônico e indicará a data em que iniciará sua veiculação.

Art. 5º As alterações previstas no art. 3º terão efeitos a partir da veiculação do Diário Oficial Eletrônico no site do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 31 de outubro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 005, DE 2007

Institui o programa de adequações e estações para o acesso de bicicletas à Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituído o programa de adequações necessárias para o acesso de bicicletas ao Palácio Barriga-Verde, sede da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Para garantir o acesso a que se refere a presente Resolução, deverá ser implantado bicicletário coberto em local de fácil acesso a visitantes e funcionários nas dependências do Palácio Barriga-Verde.

§ 1º O bicicletário deverá conter, no mínimo, 30 (trinta) vagas.

§ 2º Na hipótese do número de vagas tornar-se insuficiente para a demanda, deverá ser ampliado para suprir a necessidade, considerando como número máximo a proporção prevista na Lei Complementar nº 78, de 2001, alterada pela Lei Complementar nº 155, de 2005, do Município de Florianópolis.

Art. 3º As futuras reformas do Palácio Barriga-Verde devem contemplar a construção de vestiários.

Art. 4º Atribui-se aos setores competentes da Assembléia Legislativa a criação de um programa de incentivo ao uso de bicicletas pelos funcionários lotados no Palácio Barriga-Verde.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Resolução ficam sob responsabilidade da Assembléia Legislativa.

Art. 6º A Mesa da Assembléia Legislativa regulamentará a presente Resolução no prazo máximo de 90 (noventa) dias a partir de sua publicação.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, tornando seus efeitos práticos no prazo de 90 (noventa) dias.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 24 de outubro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 011, DE 2007

Dispõe sobre a criação, no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, do Programa Permanente de Pesquisa, Assessoria e Certificação aos estudantes universitários participantes das Audiências Públicas e reuniões das Comissões Permanentes.

Art. 1º Fica criado, no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, o Programa Permanente de Pesquisa, Assessoria e Certificação aos estudantes universitários participantes de audiências públicas e reuniões das comissões permanentes, que visa aproximar as Universidades e os estudantes universitários, do Parlamento Catarinense, de acordo com o Programa Conhecendo o Parlamento, conforme Resolução nº 008, de 27 de outubro de 2005.

Art. 2º O Programa na área da pesquisa tem como objetivos:

I - elaborar um banco de dados sobre o nível de conhecimento que os universitários possuem sobre o Parlamento;

II - formular pesquisas sobre a ação política da juventude catarinense;

III - traçar em Santa Catarina um perfil da inserção política do jovem; e

IV - elaborar documentação para subsídio de publicações que visem a divulgação dos jovens catarinenses na política.

Art. 3º O Programa na área de assessoria tem como objetivos:

I - prestar assessoria aos universitários catarinenses nas pesquisas referentes ao Poder Legislativo;

II - elaborar, acompanhar e avaliar as políticas públicas relacionadas aos jovens e estudantes;

III - assessorar e fornecer informações a entidades, conselhos e organizações não-governamentais voltadas ao desenvolvimento dos jovens e universitários em Santa Catarina e de outros estados brasileiros; e

IV - viabilizar publicações para distribuição nas câmaras municipais, bibliotecas de universidades, meios de comunicação e organismos de âmbito estadual, nacional e internacional relacionadas a trabalhos científicos, acadêmicos, monografias e pesquisas realizadas por estudantes universitários sobre o Poder Legislativo catarinense.

Art. 4º O Programa na área de certificação tem como objetivos:

I - incentivar a participação dos alunos nas atividades promovidas pelo Poder Legislativo, visando aproximação dos universitários e comunidade escolar com o Parlamento;

II - certificar, por intermédio da Escola do Legislativo, a participação do aluno universitário nas audiências públicas e reuniões das comissões permanentes realizadas pela Assembléia Legislativa de Santa Catarina; e

III - envolver as universidades nas atividades parlamentares, para despertar em seus dirigentes a reformulação de currículos escolares, visando a obrigatoriedade de um número mínimo de participação em audiências públicas e reuniões das comissões permanentes.

Art. 5º A Escola do Legislativo de Santa Catarina, por intermédio da Seção de Projetos Especiais, de acordo com o Programa Conhecendo o Parlamento, será responsável pela coordenação, supervisão, avaliação e certificação deste Programa.

Art. 6º A Presidência da Assembléia Legislativa de Santa Catarina disponibilizará os recursos necessários ao bom funcionamento do Programa.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 31 de outubro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***